

JODEYLSO ISLONY DE LIMA SOBRINHO  
ORGANIZADOR

---

# A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NOS DIFERENTES ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO/A ASSISTENTE SOCIAL

---



JODEYLSON ISLONY DE LIMA SOBRINHO  
ORGANIZADOR

---

# A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NOS DIFERENTES ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO/A ASSISTENTE SOCIAL

---



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 O autor

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à

Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco  
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina  
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do

Paraná

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia  
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## A instrumentalidade do serviço social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social

**Diagramação:** Camila Alves de Cremonesi  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Jodeylson Islyny de Lima Sobrinho

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
159	<p>A instrumentalidade do serviço social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social / Organizador Jodeylson Islyny de Lima Sobrinho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF  Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  Modo de acesso: World Wide Web  Inclui bibliografia  ISBN 978-65-258-2893-0  DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.930243110">https://doi.org/10.22533/at.ed.930243110</a></p> <p>1. Serviço social. I. Lima Sobrinho, Jodeylson Islyny de (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361.3</p>
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' será utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e/ou comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação à obra publicada; 2. Declara que participou ativamente da elaboração da obra, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final da obra para submissão; 3. Certifica que a obra publicada está completamente isenta de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação da obra publicada, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. A editora pode disponibilizar a obra em seu site ou aplicativo, e o autor também pode fazê-lo por seus próprios meios. Este direito se aplica apenas nos casos em que a obra não estiver sendo comercializada por meio de livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras. Quando a obra for comercializada, o repasse dos direitos autorais ao autor será de 30% do valor da capa de cada exemplar vendido; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a editora não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como quaisquer outros dados dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



A presente coletânea intitulada: **A Instrumentalidade do Serviço Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do/a Assistente Social** busca acrescentar elementos teórico-práticos à discussão sobre a instrumentalidade do Serviço Social em alguns *campus* de trabalho deste profissional, composta, portanto, por artigos de diversos autores/as, os quais conformam uma organização em capítulos.

O Serviço Social, permeado por múltiplas determinações em seu processo de legitimação e profissionalização no contexto brasileiro, se constitui num conjunto de expressões teórico-políticas delineadas por momentos históricos distintos das conjunturas nacionais e internacionais. O trabalho profissional é condicionado por determinações sócio-históricas, autoimplicando na constituição de sua trajetória intelectual-prática, expressa nos modos distintos de ler e conceber a realidade social, seja a partir do pensamento conservador, do pensamento progressista e/ou da tradição marxista, incorrendo na construção de práticas profissionais diversas.






Entre os anos de 1979 aos dias atuais, o Serviço Social brasileiro consolidou-se, avançou, conquistou e ganhou uma nova legitimidade, com saldos positivos para o trabalho profissional e para o atendimento às demandas sócio-profissionais. E não é casual que foi exatamente nesse período que o Serviço Social passou a ter audiência universitária, reconhecida como uma área de produção de conhecimentos e produziu de fato conhecimentos, tais como a discussão acerca do mundo do trabalho, da política social, da questão social, do Estado, da ética, **da instrumentalidade profissional**, da diversidade humana: feminismo, questão étnico-racial, diversidade sexual e identidade de gênero, dentre outras.

Conquanto, existe um ranço histórico que confunde instrumentalidade e instrumentais técnicos do trabalho profissional, não apenas pela semântica das palavras, mas pelo seu real significado prático para a profissão. Guerra (2014) afirma que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas, mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico.


Assim sendo, os diversos artigos que dão forma a esta obra partem do entendimento que a instrumentalidade ensejada na racionalidade crítico-dialética supera a compreensão que a vincula apenas aos instrumentos e/ou técnicas, todos embebidos no materialismo histórico-dialético, pelo qual se busca apreender as determinações e expressões da instrumentalidade profissional do/a Assistente Social nos espaços sócio-ocupacionais aqui analisados. Desta forma, nesta coletânea o/a leitor/a poderá encontrar elementos teórico-práticos

que transitam nas mediações entre a instrumentalidade, racionalidades e a categoria trabalho.

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>1</b>
TRABALHO, RACIONALIDADES E INSTRUMENTALIDADE – FUNDAMENTOS E PRESSUPOSTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL	
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9302431101">https://doi.org/10.22533/at.ed.9302431101</a>	
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>11</b>
A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO – FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS	
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho Ana Paula Ferreira Agapito Carla Montefusco Iris de Lima Souza	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9302431102">https://doi.org/10.22533/at.ed.9302431102</a>	
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>27</b>
O SERVIÇO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL FEDERAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NO ÂMBITO DA INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL	
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho Carlos Wendell Pedrosa dos Santos Carolina Maria Paixão Araújo Karolayne Ribeiro de Góes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9302431103">https://doi.org/10.22533/at.ed.9302431103</a>	
<b>CAPÍTULO 4 .....</b>	<b>41</b>
O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO COMPLEXO HOSPITALAR MONSENHOR WALFREDO GURGEL EM NATAL/RN: ATRIBUIÇÕES/COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL	
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho Janaina Kelly Paiva do Nascimento	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9302431104">https://doi.org/10.22533/at.ed.9302431104</a>	
<b>CAPÍTULO 5 .....</b>	<b>55</b>
O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): NUANCES NO ÂMBITO DA INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL	
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho Gabriel da Veiga	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9302431105">https://doi.org/10.22533/at.ed.9302431105</a>	
<b>CAPÍTULO 6 .....</b>	<b>71</b>
A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)	
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho Sonia Maria dos Reis Ferreira	

Gislaine Cezar dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9302431106>

**SOBRE O ORGANIZADOR.....82**

**ÍNDICE REMISSIVO.....83**

## TRABALHO, RACIONALIDADES E INSTRUMENTALIDADE – FUNDAMENTOS E PRESSUPOSTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

*Data de submissão: 18/08/2024*

*Data de aceite: 01/11/2024*

### **Jodeyson Islony de Lima Sobrinho**

Universidade Federal de Sergipe - UFS  
Aracaju-SE  
<http://lattes.cnpq.br/7819108340566107>

### **Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira**

Universidade Estadual do Tocantins –  
UNITINS  
Palmas-TO  
<http://lattes.cnpq.br/3125201836735169>

**RESUMO:** O artigo aqui exposto visa estabelecer a ligação entre o trabalho como categoria ontológica do ser social, as racionalidades fundadas na modernidade e que permeiam a produção e reprodução do modo de produção capitalista, bem como os seus rebatimentos sobre a instrumentalidade do Serviço Social. À vista disso, ancora-se na teoria social crítica, à luz do método do materialismo-histórico dialético, para construir as necessárias mediações perante a condição sociohistórica a ser desvelada. Desse modo, instiga-se a reflexão de que as racionalidades são compostas por ideologias, as quais estão imbricadas em projetos profissionais e societários e, por conseguinte, desembocam em respostas teórico-práticas sobre a sociedade, sejam

elas de manutenção ou transformação. Logo, apreender a relação do trabalho com os pores teleológicos de segunda ordem na realidade é possibilidade concreta de fortalecer os enfrentamentos e a luta da classe trabalhadora, da qual os/as assistentes sociais fazem parte e norteiam o seu exercício profissional a partir das demandas colocadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho; racionalidades; razão crítico-dialética; instrumentalidade; Serviço Social.

### **WORK, RATIONALITIES AND INSTRUMENTALITY – FUNDAMENTALS AND ASSUMPTIONS FOR SOCIAL WORK**

**ABSTRACT:** The article presented here aims to establish the connection between work as an ontological category of social being, the rationalities founded on modernity and that permeate the production and reproduction of the capitalist mode of production, as well as their repercussions on the instrumentality of Social Service. In view of this, it is anchored in critical social theory, in light of the method of dialectical historical materialism, to construct the necessary mediations in the face of the sociohistorical

condition to be unveiled. In this way, it encourages the reflection that rationalities are composed of ideologies, which are intertwined in professional and societal projects and, consequently, lead to theoretical-practical responses about society, whether they are maintenance or transformation. Therefore, understanding the relationship between work and second-order teleological premises in reality is a concrete possibility of strengthening the confrontations and struggle of the working class, of which social workers are a part and guide their professional practice based on the demands placed on them.

**KEYWORDS:** work; rationalities; critical-dialectical reason; instrumentality; Social Service.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre a relação entre o trabalho como fundamento ontológico do ser social, as racionalidades que perpassam a sociabilidade burguesa e seus impactos sobre a instrumentalidade nos processos de trabalho dos quais o/a assistente social é partícipe.

Para tanto, importa salientar que se trata não só de apresentar as diferentes razões que norteiam as formas de pensar e agir no modo de produção capitalista, mas de defender a razão crítico-dialética como aquela capaz de estimular a transformação da ordem vigente. Logo, o método de análise aqui ensejado é o materialismo-histórico dialético, por permitir ir à essência dos processos sociais observados, a partir da aparência dos mesmos.

Dessa feita, por uma divisão didático-pedagógica, o trabalho está subdividido na presente introdução, seguida do debate sobre o trabalho como fundamento do ser social, destacando-se as racionalidades e a instrumentalidade como *pores* teleológicos de segunda ordem; posteriormente apresenta-se a discussão sobre as racionalidades formal-abstrata, instrumental e crítico-dialética, as quais estão presentes na modernidade; assim como se expõe brevemente sobre a imersão da pós-modernidade e o abandono das metanarrativas da modernidade, principalmente o marxismo, dando lugar ao irracionalismo e à miséria da razão; por conseguinte, lançam-se reflexões sobre a instrumentalidade no trabalho do/a assistente social, a partir da razão crítico-dialética e, subseqüentemente, expõe-se as considerações finais.

## 2 | O TRABALHO ENQUANTO FUNDAMENTO DO SER SOCIAL: AS RACIONALIDADES E A INSTRUMENTALIDADE COMO *PORES* TELEOLÓGICOS DE SEGUNDA ORDEM

O homem<sup>1</sup> só se desenvolve como um ser capaz de atender às suas necessidades de forma consciente, ordenada, projetiva, racional e instrumental transformando suas singularidades biopsicossociais, de forma libertária e livre a partir do trabalho, que, nos termos de Lukács (1979, p. 87), se configura, ontologicamente, na mediação entre o

---

1 Referimo-nos ao homem, enquanto gênero humano, compreendendo esse termo na sua abrangência de homem e mulher, visto a dificuldade da própria língua portuguesa de apontar o termo homem para expressar de forma genérica a totalidade dos indivíduos.

homem e a natureza, na busca da satisfação de suas necessidades, ou seja, é o “ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades”.

Nesse sentido, as mediações que compõem o trabalho, como elemento fundante do ser social (Lukács, 2013), inter-relacionam-se e autodeterminam-se numa unidade entre a conformação da realidade concreta deste ser e sua representação no âmbito da consciência-racionalidade, a qual se coloca como um mote problemático do pensamento humano. Desse modo, segundo Netto e Braz (2011, p. 50),

[...] quanto mais se desenvolve o ser social, tanto mais diversificadas são as suas objetivações. Assim, no seu desenvolvimento, ele produz objetivações que, embora relacionadas ao processo do trabalho, dele se afastam progressivamente – objetivações crescentemente *ideais* (isto é, no mundo das ideias).

As objetivações do ser social configuram-se como a expressão concreta de suas relações, imbuídas de uma dimensão abstrata - teleologia, própria do desenvolvimento da riqueza humana, mas que se apresentam concretamente como resultado de seu processo produtivo.

Dessa maneira, tem-se como objetivações de primeira ordem, como pontua Lukács (ibid.), aquilo que está mecanicamente ligado ao trabalho, que, por sua própria natureza ontológica, traz em si um conjunto de *pores teleológicos* configurados em um contíguo de cadeias causais àquilo projetado anteriormente. Ou seja, as causalidades podem assumir configurações distintas, o que possibilita implicações diversas no produto objetivado, podendo, portanto, sair diferentemente daquilo idealizado teleologicamente pelo homem.

Essas objetivações levam a uma convulsão de outras objetivações, denominadas pelo autor como de segunda ordem, tais quais: a racionalidade, a instrumentalidade, a ciência, a filosofia, a religião, a ética, a moral, os costumes, a cultura e outras que, aparentemente, se colocam como autonomizadas do mundo do trabalho, como se ganhassem vida própria sem nenhuma relação com ele. Entretanto, as objetivações de segunda ordem guardam sua marca fundante naquele, e, ainda, têm como modelo de objetivação aquela ocorrida no âmbito da produção: atividade teleologicamente orientada; tendência à universalização; linguagem articulada.

É sob esses fundamentamos que apreendemos a centralidade do trabalho nas demais determinações do ser social, contudo, não podendo se reduzir a ele, pois as mediações de segunda ordem constituintes da realidade social não podem autonomizar-se em relação ao trabalho, nem com ele ter uma relação automática, mecânica ou imediata, visto essas guardarem uma força ineliminável contraditória, própria dos processos de trabalho.

O trabalho aqui não se resume somente a um processo de transformação da natureza, ou somente de uma atividade voltada a um fim determinado. Pelo contrário, é entendido como ***práxis humana e/ou prática social***, visto que o homem transforma a

natureza, mas, ao mesmo tempo, se transforma, conectando-se à riqueza da humanidade, ou seja, ao humano-genérico, já que o trabalho não se opera isolado ou individualmente, mas só se conforma na coletividade dos seres sociais. O trabalho, segundo Netto e Braz (2011, p. 40-41, grifos dos autores), possibilitou o rompimento com o padrão eminentemente natural das atividades animais, visto que,

Em primeiro lugar, *o trabalho não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural*; diferentemente, ele exige *instrumentos* que, no seu desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que o executam e a matéria; em segundo lugar, porque *o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas*; bem ao contrário, passa a exigir *habilidades e conhecimentos* que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmitem mediante *aprendizado*; em terceiro lugar, porque *o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades*, nem as satisfaz sob *formas fixas*; se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido [...], as *formas* desse atendimento variam muitíssimo, e, sobretudo, implicam o desenvolvimento, quase sem limites, de *novas necessidades*.

Nessa perspectiva, compreende-se que com o trabalho o homem ultrapassa a simples adaptação ambiental de suas necessidades primárias, pois ao pôr um fim teleológico à sua atividade possibilita a criação – libertária (em seu sentido ontológico) – de algo eminentemente novo, complexo em suas determinações. Esse trabalho, conforme Lukács (2013) tem a capacidade de rearranjar as causalidades da natureza, pondo-as em sentido teleológico, pela mediação da instrumentalidade, enquanto meio para atingir os fins propostos. Entretanto, tal trabalho só ganha materialidade quando essa abstração ideal se objetiva, ou seja, quando a ação objetiva do homem incide sobre a matéria natural e essa é transformada.

O ser social é tido, portanto, como um componente processual que se constitui no desenvolvimento da história, porquanto, as categorias a ele vinculadas emanam das formas moventes e movidas do real e, dessa forma, do próprio desenvolvimento da realidade. Esse ser se diferencia das demais formas de existência dos outros seres – orgânicos e inorgânicos –, por ter vida, reprodução, mas, sobretudo, pelas possibilidades de construção do novo (entendido como a capacidade criativa e libertária do ser social), e o conhecimento sobre si e sobre sua própria instrumentalidade.

O desenvolvimento desse ser tem como resultado central o próprio processo de humanização (autoconstrução) do homem, o que não suprime suas estruturas naturais. Essas se mantêm, porque são imanentes ao homem, mas são superadas dialeticamente em um processo de conservação e ruptura, dando lugar à constituição de conformações sociais historicamente determinadas, como expressa Marx (1973, p. 220): “a fome é a fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozinhada, comida com faca e garfo, não é a mesma fome que come a carne crua, servindo-se das mãos, das unhas, dos dentes”.

Nesse processo, quanto mais se desenvolve o ser social, tanto mais se diversificam



e complexificam suas objetivações, novas formas sociais emergem, várias práticas sociais surgem, articuladas tanto no âmbito da produção quanto no da reprodução material e espiritual da humanidade.

Hoje, desenvolvido e articulado, o ser social se distancia dos outros seres, porque é capaz de “realizar atividades teleologicamente orientadas; objetivar-se material e idealmente; comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; escolher entre alternativas concretas; universalizar-se; socializar-se” (Netto & Braz, 2011a, p. 51), bem como exercer uma certa “liberdade” em seus pores teleológicos.

Sendo assim, apreende-se a realidade como um sistema de complexos, em que as determinações têm de ser conhecidas como ela verdadeiramente é (suas verdadeiras propriedades), e não como se pensa que elas devam ser, pois só assim pode-se reordená-las de acordo com as finalidades dos sujeitos.

É nesse íterim do desenvolvimento do trabalho que o conhecimento, em suas racionalidades, e a instrumentalidade do ser social também são constituídas, atribuindo a elas um papel ativo, em seu plano ontológico, diferenciando-se, nos termos de Lukács (2013), da atividade animal, a qual é ontogeneticamente de reprodução, sem possibilidade alguma de construção do novo.

Os homens, para poderem existir, portanto, devem transformar constantemente a natureza. Esta é a base ineliminável do mundo dos homens, sem a sua transformação, a (re)produção da sociedade não seria possível, e essa transformação comporta um conjunto de pores teleológicos, dos quais abordaremos aqui o conhecimento, em suas racionalidades e a instrumentalidade.

Esse conhecimento quando é utilizado num ato de trabalho, ele é também colocado à prova, podendo, assim, ser verificada a sua validade nessa nova situação. É impossível um conhecimento absoluto da realidade. O conhecimento é uma atividade da consciência que, por meio da construção de ideias, reflete as qualidades do real.

Por outro lado, o real é um processo histórico. Uma realidade e uma consciência, ambas em movimento, não podem jamais resultar em um conhecimento absoluto, fixo, imutável, o que requer aproximações sucessivas. Assim, conhecemos a realidade externa à consciência porque, ao transformá-la tipicamente pelo trabalho, podemos verificar a validade e a veracidade dos nossos conhecimentos, em nossos processos de instrumentalidade, como veremos a seguir.

### **3 | RAZÃO E MODERNIDADE: O DEBATE DAS RACIONALIDADES ABSTRATA-FORMAL, INSTRUMENTAL E CRÍTICO-DIALÉTICA E SUAS INFLEXÕES NO SERVIÇO SOCIAL**

A modernidade surge ancorada na razão, como um novo padrão explicativo da realidade e nela estão presentes as racionalidades abstrata-formal, instrumental e crítico-dialética, as quais estão interligadas a projetos societários e profissionais de manutenção

ou transformação da ordem vigente.

Dentre alguns intelectuais que perpassaram esse movimento, podemos citar Immanuel Kant, cuja contribuição foi afirmar que é o homem quem atribui sentido às coisas, conforme as intenções que ele mesmo define, ou seja, trata-se de uma razão subjetiva e fenomênica, ligada apenas à aparência do fenômeno, pois existe um nexos causal imediato entre razão e experiência. De todo modo, existe um avanço até então, pois, mesmo neste caso, dispense-se que o conhecimento é resultado da razão.

Porém, é com Hegel que se torna possível identificar a razão dialética, ainda que seja a razão absoluta hegeliana, cujo movimento dos fenômenos passa a ser captado a partir: a) do humanismo, reconhecendo o homem como objetivação da sua própria atividade, mediante uma trajetória coletiva; b) da razão dialética, a qual permite uma compreensão tanto objetiva quanto subjetiva da realidade, superando a imediatividade; c) do historicismo concreto, que assevera o aspecto ontologicamente histórico da realidade (Coutinho, 1972 *apud* Simionatto, 2009).

A contribuição hegeliana foi importante, pois cooperou com os pensamentos marxiano e marxista (Simionatto, 2009). De todo modo, é com a instauração do Estado burguês no modo de produção capitalista que duas matrizes teóricas se consolidam, sendo elas: o positivismo e a teoria social crítica.

A primeira matriz citada rechaça as dimensões histórica, dialética e humana da *práxis* social e dela derivam as vertentes funcionalista, estruturalista e estrutural-funcionalista, fincadas na razão instrumental ou formal-abstrata, as quais têm como finalidade a manutenção do sistema vigente e, portanto, tendem a negar a luta de classes, pois o capitalismo passa a ser exposto como algo natural e imutável.

Porém, a teoria social crítica é fundada na razão crítico-dialética, a qual busca apreender a essência dos fenômenos à luz das categorias de totalidade, mediação e contradição, cujo conhecimento é mola propulsora para a transformação societária, a partir da luta de classes (Netto, 2011b). Desse modo, cabe explicar sobre as racionalidades anteriormente citadas.

A racionalidade abstrata-formal corresponde a um determinado grau da razão, a qual se torna majoritária e cuja objetividade e autonomia ignora a primazia dos sujeitos sociais e, para tanto, reduz a *práxis* a ações burocráticas, pragmáticas e manipulatórias (Silva, 2013). Trata-se de uma maneira de pensar e agir que dialoga diretamente com a reprodução do ser social no capitalismo, ou seja, ao naturalizar e instrumentalizar a realidade, bem como a intervenção sobre ela, elimina-se a possibilidade de promover mudanças substantivas.

Por outro lado, apresenta-se a razão instrumental como necessária e componente da razão dialética. Porém, quando autonomizada, passa a intervir na realidade de modo fragmentado, pragmático, descontextualizado, negligenciando as dimensões da razão substantiva e emancipatória da qual deveria fazer parte, porque “[...] esta racionalidade se reduz aos critérios de eficácia, eficiência e utilidade, tanto das coisas quanto das pessoas”.

(Guerra, 2014, p. 8).

Em síntese, mediante o avanço das forças produtivas e das relações sociais, a razão instrumental passa a ater-se ao âmbito prático-imediato, firmando-se apenas na dimensão do fazer. Assim, essa razão cinde suas articulações com a razão dialética, desembocando no praticismo e desconsiderando a capacidade do homem de fazer a sua própria história. (Guerra, 2014).

À vista disso, aponta-se a razão crítico-dialética como a razão emancipatória, a qual trata a análise “das coisas” a partir das categorias do método do materialismo-histórico dialético para apreender a essência do que está sendo acompanhado e intervir, a partir da instrumentalidade, sobre tal processo. Logo,

Cabe ao sujeito, posta as suas finalidades, tendo clareza dos fins e de seus desdobramentos e conseqüências, colocar em movimento os meios e as mediações necessárias à realização dos seus objetivos/fins e isso é dar-lhes uma instrumentalidade, que será sempre orientada pela consciência do sujeito, por uma determinada racionalidade como modo de ser, de pensar e de agir sobre uma determinada realidade. (Guerra, 2013, p. 4).

Entretanto, com o movimento de restauração do capital mundial na década de 1970, emerge a pós-modernidade, que embora não seja um pensamento homogêneo, tem aspectos em comum, a saber, negligencia a historicidade, a perspectiva de totalidade, a mediação e a contradição. Por sua vez, valoriza o micro, o superficial, o subjetivismo, o efêmero, o fragmentado, cuja produção de conhecimento pauta-se no discurso, com ênfase na aparência, no indivíduo e na representação da realidade.

Ela se expressa no cotidiano da vida social, nos âmbitos da política, cultura, principalmente, da informatização e da economia. Está focada nas vivências do indivíduo, de modo singular, com a defesa do descarte não só de objetos, mas de “valores, estilos de vida, relacionamentos, modos de ser e de agir” (Harvey, 1992, p. 258).

Trata-se, do amparo à desresponsabilização do aparato estatal frente às novas expressões da questão social e ao processo de refilantropização da mesma, bem como o apoio ao surgimento “dos novos sujeitos sociais”, através de grupos segmentados partícipes das disputas políticas. “A separação entre indivíduo/classe e sua relação com grupos coletivos e a primazia sobre o público contribuem, de forma incisiva, para o aumento da alienação, o esvaziamento das ações históricossociais, a neutralização e a banalização do agir político” (Simionatti, 2009, p. 11). Desse modo,

A crise das ideologias, o proclamado fim das utopias, devido ao colapso do socialismo real nos países do Leste europeu, e o questionamento dos paradigmas teóricos, políticos e históricos colocara em debate o projeto da modernidade. Além disso, as grandes promessas da era moderna, como a elevação da humanidade a estágios superiores de vida e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade não havia se concretizado (Simionatto, 2009, p. 5).

Foi a partir desse período de crise nos vários âmbitos da vida social que houve

espaço para o irracionalismo ou a miséria da razão, impactando também nos processos de trabalho dos sujeitos. É sabido que o ser social aciona a racionalidade para ensejar o processo de trabalho, definindo as finalidades e organizando os meios necessários para atingi-las. Nesse ínterim, assim como todas as profissões, o Serviço Social

[...] em seu processo de profissionalização e desenvolvimento sócio-histórico aparece vinculado a duas grandes matrizes do racionalismo contemporâneo: o racionalismo “formal-abstrato”, que está na base da matriz positivista, e seus desdobramentos nas abordagens funcionalistas, estrutural-funcionalistas e sistêmicas, e o racionalismo “crítico-dialético”, expresso na teoria social de Marx (Simionatto, 2009, p. 14).

Dessa feita, embora a profissão seja permeada hegemonicamente pelo racionalismo formal-abstrato e pelo racionalismo crítico-dialético, os impactos tanto do irracionalismo quanto da miséria da razão na contemporaneidade reforçam a indiferenciação da profissão de Serviço Social em detrimento de outras profissões, assim como a dicotomia entre teoria e prática.

Tais repercussões conduzidas sob o ideário neoliberal têm colocado em questão o alcance do Serviço Social, tanto no âmbito do conhecimento, com a fragilização da formação profissional a qual não está descolada do exercício profissional, pois são uma unidade que preservam diferenças, fortalecendo as tendências do conservadorismo e pós-modernas, quanto no aspecto das modificações nas condições de trabalho dos/as assistentes sociais, não só mediante as novas demandas, mas também perante as respostas sobre elas, principalmente por conta do movimento de contrarreforma do Estado que acarretou no desmonte e sucateamento das políticas sociais, as quais possuem uma relação mediata com o Serviço Social.

Abordar a instrumentalidade no campo da racionalidade crítico-dialética é reconhecê-la como a capacidade/habilidade de elaborar as formas e/ou meios de atingir as finalidades previamente estabelecidas. Desse modo, não há como desvincular a relação entre trabalho, racionalidade, instrumentalidade e projeto profissional.

Todo processo de trabalho possui instrumentalidade e essa é direcionada por uma racionalidade, a qual, por sua vez, está ligada a um projeto tanto profissional quanto societário, pois toda produção de conhecimento carrega em si uma ideologia. Sendo assim, a instrumentalidade deve partir e acompanhar o movimento da realidade para, só então, responder na perspectiva da mudança social. Portanto, ao analisar o significado sócio-histórico da instrumentalidade, convém destacar que ela é inerente ao exercício profissional, momento em que deve-se retomar a compreensão sobre as políticas sociais, pois influenciam nos processos de trabalho em que os/as profissionais estão imersos/as. Notemos:

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas

implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético políticos (Guerra, 2000, p. 7).

Essa retomada sobre as políticas sociais é importante, pois enquanto assistentes sociais trabalhamos com elas e, a partir disso, há contribuição não só para a reprodução material dos sujeitos, por meio dos serviços sociais, mas também, ideologicamente, através da produção de consensos (Iamamoto, 2008).

Dessa maneira, em muitos processos a razão instrumental tem se sobressaído, não só pela dimensão interventiva da profissão, mas pelo teor das multifacetadas demandas (im) postas aos/às profissionais, as quais requerem soluções, porém a dimensão do cotidiano muitas vezes exige que sejam de modo segmentado, focalizado, paliativo e tecnocrático, abandonando, por sua vez, a perspectiva emancipatória.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho é o fundamento ontológico do ser social, mas no modo de produção capitalista ele se torna alienado, trabalho em geral, abstrato. Assim como o trabalho concreto transforma o homem, a sua relação com a natureza e com os demais seres, a razão crítico-dialética está pautada no conhecimento para a emancipação.

No entanto, neste sistema regido pelo capital, não só o trabalho tem sucumbido a capacidade de objetivação do homem, como a razão emancipatória perde espaço para as razões formal-abstrata ou instrumental, as quais ganham força perante a pós-modernidade, momento em que o irracionalismo e a miséria da razão exacerbam-se.

É possível observar tais disputas ideológicas na instrumentalidade no Serviço Social, a qual deve ser entendida enquanto categoria de mediação do trabalho profissional. De toda forma, foi a razão crítico-dialética que permitiu apreender que é pelas dimensões da instrumentalidade que se consolidam os valores, princípios, teorias, além das técnicas, instrumentos, estratégias, cuja relação indissociável proporciona a defesa do projeto ético-político hegemônico do Serviço Social.

Portanto, acompanhar o movimento da realidade em suas contradições permite ultrapassar a imediatidade e estabelecer conexões mediatas. Porém, isso exige um(a) profissional que negue a cultura vigente, o imediatismo, o pragmatismo, a burocracia institucional, o fatalismo e o messianismo, defendendo uma postura crítica e propositiva, assim como a vanguarda da profissão vem defendendo há décadas.

## REFERÊNCIAS

GUERRA, Y. APRESENTAÇÃO À 10ª. EDIÇÃO A CONQUISTA DA MAIORIDADE: O debate sobre “A instrumentalidade do Serviço Social” 18 anos depois. In: **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, M. V. A prática como trabalho e a inserção do Assistente Social em processos de trabalho. In: **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do Ser Social**. Tr. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. Tr Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1973

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: expressão popular, 2011b.

SILVA, J. F. S da. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental? In: *Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 72-81, jan/jun. 2013.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teóricopolítica. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

## CAPÍTULO 2

# A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO – FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS

---

*Data de submissão: 01/07/2024*

*Data de aceite: 01/11/2024*

### **Jodeyson Islony de Lima Sobrinho**

Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná - UNIOESTE/FBO  
Francisco Beltrão-PR  
<http://lattes.cnpq.br/7819108340566107>

### **Ana Paula Ferreira Agapito**

Centro Especializado em Reabilitação -  
CER III/Parnamirim-RN  
Conselho Regional de Serviço Social do  
Rio Grande do Norte - CRESS/RN 14  
região  
Natal-RN  
<http://lattes.cnpq.br/7908723935126219>

### **Carla Montefusco**

Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte - UFRN  
Natal-RN  
<https://lattes.cnpq.br/8840103320001811>

### **Iris de Lima Souza**

Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte -UFRN  
Natal-RN  
<https://lattes.cnpq.br/7742703590083405>

nas redes públicas de educação básica; uma pauta que ganhou maior importância social a partir da promulgação da lei 13.935/2019. Contribuir com algumas reflexões sobre a instrumentalidade do serviço social na educação, a partir de construções ontológicas de pesquisadores que investigam sobre o tema, é o objetivo central deste artigo. A instrumentalidade do serviço social na educação articula dimensões e competências, sustentadas pelo projeto ético-político da profissão, que a coloca em um campo de mediações, enriquecida na racionalidade crítico-dialética. Desta maneira, esse estudo apresenta fundamentos e análises teórico-críticos sobre a política de educação, o serviço social na educação e a instrumentalidade da profissão na educação básica, a partir de uma abordagem metodológica qualitativa, objetivos exploratórios e descritivos, e procedimentos pautados na pesquisa bibliográfica. Por conseguinte, razoar sobre a educação e as diferentes dimensões que contemplam o universo da instrumentalidade do serviço social na educação é contribuir na mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e resultados que podem colaborar em uma das finalidades do trabalho de assistentes sociais na educação, qual seja:

**RESUMO:** Uma das discussões em pauta na profissão de serviço social é sobre o trabalho profissional de assistentes sociais na política de educação, particularmente,

a defesa e viabilização de um dos direitos sociais fundamentais – a educação – que pode potencializar o protagonismo sociopolítico de segmentos populacionais, em especial, da classe trabalhadora.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Instrumentalidade. Serviço Social.

## THE INSTRUMENTALITY OF SOCIAL SERVICE IN EDUCATION POLICY – ONTOLOGICAL FOUNDATIONS

**ABSTRACT:** One of the discussions on the agenda in the social service profession is about the professional work of social workers in education policy, particularly in public basic education networks; an issue that gained greater social importance after the enactment of law 13,935/2019. Contributing with some reflections on the instrumentality of social work in education, based on ontological constructions by researchers who investigate the topic, is the central objective of this article. The instrumentality of social work in education articulates dimensions and competencies, supported by the ethical-political project of the profession, which places it in a field of mediations, enriched in critical-dialectic rationality. In this way, this study presents theoretical-critical foundations and analyzes on education policy, social work in education and the instrumentality of the profession in basic education, based on a qualitative methodological approach, exploratory and descriptive objectives, and procedures based on research bibliographical. Therefore, reasoning about education and the different dimensions that encompass the universe of social service instrumentality in education is to contribute to the mobilization of knowledge, skills, attitudes and results that can collaborate in one of the purposes of the work of social workers in education, which is namely: the defense and feasibility of one of the fundamental social rights – education – which can enhance the socio-political protagonism of segments of the population, especially the working class.

**KEYWORDS:** Education. Instrumentality. Social work.

### 1 | INTRODUÇÃO

Com uma função social importante e fundamental para o desenvolvimento humano e as diferentes áreas da sociedade (cultura, política, ciência, tecnologia, etc.), a educação é marcada pelas contradições, lutas societárias e pelos projetos coletivos e de classe constitutivos da sociedade. Nesses tempos mais desafiadores em que nos encontramos, a educação deve ser compreendida sob uma perspectiva ampliada; não apenas em termos de educação formal apreendida em espaços institucionalizados, não apenas como uma ação proposital e direcionada, realizada para atingir determinados objetivos – como, por exemplo, transmitir conhecimentos –, mas, sobretudo, como um conjunto de práticas da própria constituição do trabalho como atividade fundante do ser social.

A educação é parte das dimensões da vida e da história do ser humano que não pode ser visualizada como uma mera obrigação a ser cumprida, mas como uma escolha para se conquistar a cada dia o que, historicamente, se configura como direito fundamental do ser humano: a liberdade de ir, vir, falar, ouvir e, sobretudo, pensar e decidir. Afinal, como



diz Mészáros (2008), a educação não é um negócio que funciona suspensa no ar; ela é criação que deve ser qualificada para a vida e se abrir para o mundo.

Dentro das múltiplas funções, possibilidades e finalidades que se colocam à educação – que são possíveis ou não de acontecer – consideramos central a emancipação do ser social, via ampliação do campo dos direitos sociais e a garantia do respeito à diversidade humana. Nessa perspectiva, o serviço social se apresenta como uma das profissões que contribui nesse horizonte do sujeito emancipar-se, sendo a instrumentalidade a mediação necessária nesse processo, ou seja, da sua capacidade de articular competências teórico-metodológicas, ético-políticas, técnico-instrumentais e formativas.

A instrumentalidade do serviço social na educação articula dimensões e competências, sustentadas pelo projeto ético-político da profissão, que a coloca em um campo de mediações, enriquecida na racionalidade crítico-dialética. Assim sendo, o objetivo deste texto acadêmico-científico é contribuir com algumas reflexões sobre a instrumentalidade do serviço social na educação, a partir de construções ontológicas de pesquisadores que investigam sobre o tema.

Dissertar sobre a política de educação e as diferentes dimensões que contemplam o universo da instrumentalidade do serviço social na educação é contribuir na mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e resultados que podem colaborar em uma das finalidades do trabalho de assistentes sociais na educação, qual seja: a defesa e viabilização de um dos direitos sociais fundamentais – a educação – que pode potencializar o protagonismo sociopolítico de segmentos populacionais, em especial, da classe trabalhadora.

Como estrutura teórica, o texto apresenta fundamentos e análises sobre a política de educação, o serviço social na educação e a instrumentalidade da profissão na educação básica, tendo por base uma abordagem metodológica qualitativa, objetivos exploratórios e descritivos, e procedimentos pautados na pesquisa bibliográfica.

## **2 | A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO - ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS**

A história da política de educação no Brasil é marcada pelas condições particulares da formação sócio-histórica do país. As contradições que determinam o desenvolvimento brasileiro se manifestam também nos formatos que as políticas educacionais vão assumindo, a partir da condição de país da denominada periferia do capitalismo.

De acordo com o pensamento de Fernandes (2006), um aspecto importante para analisar a formação social brasileira é referente ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que sempre fluiu para a consolidação de um país economicamente dependente dos países de capitalismo central. A natureza do processo de colonização do Brasil, o tempo de vigência da exploração do trabalho escravo e também a própria

construção e efetivação da Independência do país, já sinalizavam que não havia estratos revolucionários de classe social burguesa que conseguisse se contrapor à forma dominante e aligeirada de consolidação do Capitalismo.

Gadotti (1997) sinaliza uma divisão periódica sintética da educação brasileira, na qual menciona do descobrimento até 1930 como um período marcado pela educação tradicional, com forte cunho religioso e privado; de 1930 a 1964, destaca o surgimento da “escola nova”, com predomínio das ideias liberais e no pós-64 avança a difusão dos mecanismos autoritários e tecnicistas da educação. “Depois de 1985, tem início uma transição que dura até hoje, revelando o enorme atraso em que o país se encontra em matéria de educação para todos” (Gadotti, 1997, p.1).

Nestes termos, essa transição que Gadotti (1997) apontava no fim dos anos de 1990, permanece relevante, na contemporaneidade, em meio aos contraditórios avanços e retrocessos que a política educacional enfrenta desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Desde os anos de 1990, com a intensificação da lógica neoliberal na gestão estatal, a educação brasileira tem sido fortemente pautada pelo debate da necessidade de adaptação de alunos e professores ao desenvolvimento tecnológico e às necessidades da denominada sociedade do conhecimento.

Ou seja, nas contradições que atravessam os processos sociais, o debate da construção da educação no Brasil persiste entre a conquista do direito e o avanço da mercantilização. Isto implica afirmar que as concepções educacionais e as institucionalidades que as políticas de educação assumem são, sobremaneira, forjadas pela própria dinâmica do capitalismo internacional e por indicações dos organismos internacionais.

Os acordos firmados entre os países de capitalismo periférico e os organismos financeiros internacionais implicam em condicionalidades para garantir o pagamento do crédito (empréstimo) repassado. Dessa forma, os países da América Latina sofrem acentuadamente as consequências dessas condicionalidades em virtude da elevação das taxas de juros e, também, da intensificação das desigualdades sociais, o que contribui para atenuar a crise da dívida externa.

Tais condicionalidades conduzem os países de capitalismo dependente a uma relação que os vinculam em longo prazo para cumprimento do pagamento da dívida externa, em detrimento das políticas sociais e dos direitos sociais e trabalhistas. O que impera não é a produção de riqueza, e sim, a acumulação de lucros/capitais especulativos.

Os ataques impetrados pelo governo Bolsonaro (2019-2022) foram escancaradamente direcionados à destruição das conquistas originárias da Constituição Federal de 1988, que concediam, ainda que de maneira restrita, direitos para a classe trabalhadora. Eram explícitas as práticas políticas de negação da ciência, as privatizações, os cortes no orçamento da educação, principalmente para a pesquisa no âmbito das instituições públicas de ensino superior, contribuindo para a intensificação do desmonte da política pública de educação brasileira.

Não obstante, uma análise mais detida nos leva a afirmar que os governos presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT) que antecederam à gestão Bolsonaro, ainda que tenha avançado enormemente nas condições de acesso e permanência da classe trabalhadora nos diversos níveis educacionais, não consolidou a educação brasileira como efetivamente pública.

De acordo com Amorim, Jimenez e Bertoldo (2017), o Estado burguês tem uma tarefa específica ao ofertar serviços educacionais no capitalismo:

É, com efeito, o Estado burguês que institucionaliza e expande progressivamente a educação escolar para a classe trabalhadora. Assim, a educação em sentido estrito assume uma forma específica, que passa a ter prevalência em relação à educação em sentido amplo, ao contrário do que ocorria em formas de sociabilidade anteriores – onde a apropriação de conhecimentos e habilidades necessárias ao trabalho dava-se predominantemente na prática do próprio trabalho e não requeria ainda uma educação do tipo escolar regulada pelo Estado (Amorim; Jimenez; Bertoldo, 2017, p. 81).

A intervenção do Estado através de políticas sociais, dentre estas a educação, só é requisitada devido ao nível de desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista, demandando a exploração da força de trabalho – qualificada e especializada – de acordo com a complexidade da produção e reprodução do capital. Não é prerrogativa do Estado burguês realizar investimentos na política pública de educação para garantir a qualidade necessária ao seu funcionamento e, muito menos, propiciar o desenvolvimento de metodologias de ensino que estimulem a formação da consciência crítica da classe trabalhadora sobre a realidade social capitalista.

Muitos investimentos dos governos petistas foram direcionados a entes privados, por meio, por exemplo, do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Isto implica em acesso da população ao ensino superior, algo fundamental num país marcado pelas desigualdades sociais, mas não contribui na consolidação da universidade pública. Também durante os Governos Lula e Dilma o Movimento Todos pela Educação, mantido por grandes empresas nacionais e internacionais, tinha voz ativa na formulação das políticas de educação.

Em relação às ações governamentais, realizadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva na política de educação, Frigotto (2011) enfatiza que:

Com isso, o Estado, em vez de alargar o fundo público na perspectiva do atendimento às políticas públicas de caráter universal, fragmenta as ações em políticas focais que amenizam os efeitos, sem alterar substancialmente as suas determinações. E, dentro dessa lógica, é dada ênfase aos processos de avaliação de resultados balizados pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil, em nome da qual os processos pedagógicos são desenvolvidos mediante a pedagogia das competências (Frigotto, 2011, p. 245).

A concepção mercantil se intensificou através do estreitamento da aliança entre o público e o privado na oferta do ensino superior na modalidade presencial e da Educação a Distância (Ead). Não se estabeleceram as bases para uma revolução educacional porque

se tratou de reformas no nível da gestão, do financiamento e da oferta de serviços da política educacional.

O sistema educacional eivado pela ideologia dominante vigente contribui para reproduzir explícita ou implicitamente, na classe trabalhadora, uma visão superficial/conformista sobre as contradições da realidade social capitalista. A política de educação brasileira favorece/desperta o individualismo e a competitividade entre os trabalhadores, sempre na perspectiva de atender às requisições do mercado. Assim, torna-se funcional para garantir o processo de expropriações de direitos sociais e a concentração/centralização da riqueza produzida socialmente.

Outro exemplo que exige análise detida é a Reforma do Ensino Médio – Lei Nº 13.415/2017 –, que preconiza alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Nº 9.394/1996, e revela nitidamente a adesão da política educacional brasileira à lógica empresarial e aos ditames da superficialidade e tecnicismo, desse modo,

Passados mais de quatro anos da publicação da medida provisória, o cenário da implementação da reforma indica claramente um conjunto de retrocessos e de perdas de direitos, sobretudo quando analisamos as experiências das chamadas escolas-piloto criadas por meio de indução ao “Novo Ensino Médio”. Foram 20 as unidades da federação que aderiram ao Programa criado pela Portaria 649/18. As primeiras iniciativas da reforma indicam semelhanças entre as diferentes redes estaduais, dentre elas a diminuição da carga horária de disciplinas, sobretudo Filosofia e Sociologia, e a inclusão de temas como empreendedorismo, educação financeira e projeto de vida, além da realização de parcerias com fundações e associações do terceiro setor como Instituto Unibanco, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação e Instituto Ayrton Senna (Silva; Araújo, 2021, p. 7).

A reforma do ensino médio expressa a intensificação da lógica dominante de um modelo educacional que desenvolva nos indivíduos, em sua maioria trabalhadores, habilidades necessárias para gerir o próprio negócio, traçar estratégias para administrar as despesas domésticas e estruturar um projeto de vida que não demande e/ou dependa dos serviços sociais das políticas públicas.

Temos como exemplo dessa lógica, a diminuição da carga horária de disciplinas centrais do conhecimento científico, como Filosofia e Sociologia; sendo essa diminuição, indispensável ao projeto educacional do Estado burguês, pois reduz a possibilidade da disseminação de conhecimentos que estimulem o despertar da consciência crítica sobre as estruturas contraditórias e desiguais vigentes entre os países capitalistas e, principalmente, a relação de subsunção do trabalho ao capital.

Assim sendo, é atribuída à política de educação brasileira um papel estratégico como responsável pela qualificação dos indivíduos para a inserção no mercado de trabalho. Não obstante, em outro véis, a educação, como instância que possibilita a emancipação humana, tão bem difundida e defendida por Freire (2011), tem que ser pensada não apenas como a chave das transformações do mundo, mas como possibilidade de se exercitar a

prática da liberdade e de se interrogar sobre o amanhã. Liberdade, continuando com as ideias freirianas, que deve ser pensada na história das pessoas, a partir de suas vidas, das suas tomadas de decisão e consciência da situação em que se encontram. Uma liberdade que, ao ser buscada, se depara com a consciência de uma vida autocrática e a necessidade de rompimento com as relações opressoras que permeiam uma sociedade dividida em classes. (Freire, 2011)

Isto posto, é premente a discussão sobre o trabalho de assistentes sociais na educação e nas redes públicas de ensino. É preciso nos atentarmos sobre os avanços e desafios colocados à política de educação, no momento presente, mas, também, tecer análises sobre a instrumentalidade do serviço social no espaço dessa política, como propriedade que possibilita aos assistentes sociais objetivar, no cotidiano, as suas intenções em respostas profissionais.

### **3 | DIMENSÕES DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

O serviço social ganha dinâmica, densidade e capacidade de respostas sociais mais significativas e qualificadas a partir do momento em que os direitos sociais no Brasil se estendem em meados dos anos de 1980, mais especificadamente, da importância e significação real e efetiva, materializada na vida social e cotidiana, por meio da CF de 1988.

Considerando as reflexões advindas do movimento de reconceituação, é nesse período que o serviço social passa a ter maior reconhecimento como área de produção de conhecimentos avançando em debates acerca do mundo do trabalho, da política social, da questão social, do Estado, da ética, da instrumentalidade profissional, da diversidade humana: feminismo, questão étnico racial, diversidade sexual e identidade de gênero, dentre outras.

Sob esse prisma de análise e partindo do entendimento de Guerra (2014, p. 25), a teleologia, a projeção da intencionalidade e a nitidez – acerca dos fins necessários frente a determinada atividade laborativa –, são as primeiras capacidades absolutamente indispensáveis à realização de qualquer projeto humano. A segunda capacidade, a qual se estabelece na mediação de construir os meios necessários para tais fins, é a instrumentalidade, pela qual se busca o alcance dos objetivos visados e estabelecidos pelo movimento da consciência no processo. A instrumentalidade, portanto, é tão importante quanto àquelas, ainda que seja uma capacidade ontologicamente subsumida às primeiras mediações.

Assim sendo, a “instrumentalidade será sempre orientada pela consciência do sujeito, por uma determinada racionalidade como modo de ser, de pensar e agir sobre uma determinada realidade” (Guerra, 2014, p. 25).

Desse modo, podemos afirmar que só o trabalho tem a capacidade de atribuir instrumentalidade aos meios e instrumentos que o sujeito julga ser os mais adequados

aos fins propostos; havendo, nesse sentido, a necessidade de um profundo conhecimento acerca dos fins e dos meios necessários para atender determinada necessidade, ou seja, há o imperativo de se entender criticamente a relação conhecimento x *práxis*, no âmbito da ontologia do trabalho, que elevado ao nível das formações profissionais graduadas requerem, portanto, o real entendimento da relação teoria x prática no fazer profissional.

Mesmo que no campo da cultura crítica da profissão é muito explícito que qualquer direcionamento profissional traz em si uma carga teórica-técnica-política, a qual pode fortalecer tanto o caldo cultural crítico, quanto as tendências de um serviço social conservador, que caminha para o espraio do *ethos* idealista-formal, uma vez que:

[...] a requisição que o profissional faz às teorias é a de que elas orientem, no âmbito imediato, a intervenção profissional, que permitam atender às demandas, que sejam capazes de promover uma perfeita adequação entre meios e fins. Nele, as finalidades da profissão e seus valores são manifestos secundariamente em face dos procedimentos técnico instrumentais, nos quais reside seu critério de legitimidade social [...]. Tal perfil suporta quanto requisita a incorporação acrítica do positivismo como modo de explicar a realidade e do pragmatismo como programática de ação profissional e técnicas de ajustamento e integração comportamental (Guerra, 2017, p. 187).

Assim sendo, o substrato profissional que fortalece essa falsa dicotomia tem na afirmação de que a teoria não se aplica na prática, ou que “na prática a teoria é outra”, a resposta última para muitas das questões que chegam ao exercício profissional. Por outro lado, o que se coloca como necessária para combater tais concepções é a apreensão de fato do lugar do serviço social no movimento da história brasileira, seus determinantes, o lugar que ele ocupa nas relações sociais capitalistas, na divisão social e técnica do trabalho, o que caminha para identificação e incorporação das categorias que sustentam o projeto ético-político hoje, sobretudo, no campo de uma instrumentalidade enriquecida na racionalidade crítico-dialética.

Foi a análise crítico-dialética que permitiu captar a instrumentalidade nas suas possibilidades, no seu vir a ser, ou seja, como mediação, conduzido por onde passam as teorias, os valores, princípios que determinam a escolha dos instrumentos, das técnicas, das estratégias e das táticas, contendo a possibilidade de trazer à luz tais componentes do projeto profissional. Assim, falar de instrumentalidade é falar de relação meios e fins, a qual nada concede à suposta neutralidade profissional. Tal escolha nem é aleatória nem é somente subjetiva, mas uma escolha de um sujeito historicamente situado que analisa a realidade a partir das condições causais nas quais ele se encontra (Guerra, 2014, p. 37-38).

Então, no contexto do serviço social, a instrumentalidade profissional se empobrece, ou seja, se fundamenta nas racionalidades abstrata-formal e/ou instrumental, quando ela se arraiga meramente nos determinantes institucionais, sem levar em consideração a totalidade dos processos sociais, aos quais envolvem o trabalho profissional, ou quando estão pautadas somente nas lutas mais gerais, e perde de vista os trabalhos microssociais

desenvolvidos no cotidiano dessas relações.

Portanto, o que se torna necessário é a verdadeira articulação entre as dimensões que compõem a profissão (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa), como unidades de uma totalidade complexa, mas que se autodeterminam e se autocomplexificam no cotidiano das relações sócio-profissionais. Daí, o desafio não é optar entre uma e outra, é a difícil mediação entre as respostas imediatas e a dimensão histórica para tais respostas.

Dessa maneira, pensar a instrumentalidade profissional do serviço social no âmbito da educação é, em primeiro lugar, entender qual concepção de educação se fala, pois há inúmeras compreensões no âmbito das ciências sociais, o que reverbera também na profissão, tendo em vista que no seio dessa categoria há projetos profissionais em disputas, o que subtende que, também, as concepções de educação se conformam nessas disputas. Conquanto, embebidos, aqui, na cultura crítica profissional, partimos do entendimento hoje hegemônico de educação, construído e sedimentado nos fundamentos do projeto ético-político profissional:

A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano (CFESS, 2014, p. 33).

Partindo, então, dessas premissas, e também da “concepção de educação que esteja sintonizada ao projeto ético-político do serviço social e que, por isso, não pode ser tomada de forma abstrata, vazia de significado político e desvinculada da perspectiva da classe trabalhadora” (CFESS, 2014, p. 23), qualificamos a instrumentalidade do serviço social na política de educação também como mediação, o que significa tomar a profissão como uma totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-operativa, teórico-metodológica, ético-política, formativa e interventiva.

A instrumentalidade vista como uma particularidade, um campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular aquelas dimensões, quanto de ser o condutor pelo qual estas se traduzem em respostas profissionais. No primeiro caso, a instrumentalidade articula as dimensões da profissão e é a síntese destas. No segundo, ela possibilita a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. Em outros termos, ela permite que as/os profissionais, em face de sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades (Guerra, 2014).

As ações profissionais exigem um acervo técnico-instrumental necessário ao alcance dos objetivos profissionais, que devem ser orientados a partir do conjunto de competências gerais que norteiam o processo de formação

e do exercício profissional, assim como dos princípios éticos e políticos que conformam o projeto profissional do serviço social. Contudo, dada a condição de profissional assalariado/a parte dos recursos mobilizados pelos/as assistentes sociais em suas atividades laborativas decorrem das formas de implementação das políticas sociais, com seus programas, instrumentais, rotinas e, sobretudo, diretrizes. É na combinação entre os aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-instrumental e as condições objetivas em que se realiza a atuação profissional que resultam as particularidades das experiências profissionais. No âmbito da Política de Educação, o conjunto das competências específicas dos/as assistentes sociais se expressam em ações que devam articular as diversas dimensões da atuação profissional (CFESS, 2014, p. 50).

O desafio de qualificar tais respostas requer uma consubstanciação da própria formação profissional, como processo permanente e continuado da vida humana-profissional, o qual estar em incorporar o próprio trabalho, a ética, a moral, a instrumentalidade, a questão social, a política, dentre outras, como mediações no campo do serviço social; mediações essas que perpassam um conjunto de categorias elementares ao fazer profissional nessa política social.

Conquanto, o trabalho das/os assistentes sociais no campo da política educacional brasileira, seja da creche à universidade, se coloca cada vez mais premente, tendo em vista o conjunto das expressões da questão social que se manifestam neste espaço. Tais profissionais, devem mobilizar a instrumentalidade que se estrutura no âmbito do projeto ético-político profissional, sob o viés da emancipação humana.

Dessa forma, as dimensões que devem pairar na instrumentalidade do serviço social nesse espaço sócio-ocupacional são quatro: o acesso universal; as condições objetivas e subjetivas de permanência dos/as estudantes no espaço educacional; a luta por uma gestão desses espaços cada vez mais democrática, na qual é imperativo, também, a sua participação; e a luta por uma educação cada vez mais de qualidade, que atenda a uma formação humana, e não aos ditames do mercado.

Todas essas dimensões não estão isentas de tensões no âmbito da correlação de forças sócio-institucionais, mas, diante dos princípios profissionais, é dever da/o assistente social lutar diariamente pela democratização e ampliação das políticas sociais públicas, de forma a atender com qualidade e competência profissional aquelas/es que chegam para seu atendimento. Por outro lado, é preciso que este/a profissional também tenha a capacidade de analisar todo o contexto em que se encontra para que possa fortalecer sua autonomia profissional, mesmo diante dos contrassensos institucionais.

Com estas ponderações sobre a instrumentalidade, nos cabe agora considerações mais específicas sobre a instrumentalidade do trabalho de assistentes sociais na educação básica, diante à promulgação da lei 13.935/2019 que coloca esse nível de ensino como importante cenário para assistentes sociais e psicólogos prestarem seus serviços profissionais.



## 4 | PARTICULARIDADES DO TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Profissionais de serviço social têm as instituições de ensino como espaços socioinstitucionais de atuação desde a sua origem. Destarte, é necessário situar que a finalidade das suas ações e a sua instrumentalidade nesses espaços – e na política de educação – foram sendo, ao longo das mudanças societárias e na sua base de formação, modificadas para atender ao seu projeto profissional em curso em um dado momento histórico.

Assim sendo, diante do agravamento das expressões da questão social em diferentes espaços socioinstitucionais de assistentes sociais, dentre eles, as escolas, emergem fenômenos sociais nas redes de ensino, em seus diferentes níveis, etapas e modalidades – evidenciaremos aqui a educação básica –, que demandam a intervenção de uma equipe multiprofissional qualificada: violação de direitos sociais e humanos, crescente índice de analfabetismo, evasão escolar, *bullying*, violência doméstica, discriminação racial, homofobia, abuso e exploração sexual, adoecimento mental de professores e estudantes, uso abusivo de substâncias psicoativas ilícitas e/ou lícitas, situações de estudantes e/ou famílias que convivem com deficiência física, intelectual ou auditiva.

Compreendemos que a intervenção de uma equipe multiprofissional se estende para toda a comunidade escolar – estudantes e suas famílias, professores, funcionários técnico-administrativos; tratando-se de estudantes e familiares é indispensável a realização de práticas profissionais que contribuam para a educação inclusiva e a articulação com as instituições e serviços da rede socioassistencial, na perspectiva de ampliação do acesso, garantia de permanência na escola e sentido de pertencimento nesse espaço.

Para Tonet (2012), a essência ontológica da educação representa o desenvolvimento das habilidades plenas do ser social, tendo como horizonte a emancipação humana. No entanto, essa proposta educacional não se encaixa na necessidade vital do capital de superexploração da força de trabalho para a extração da mais-valia excedente.

É importante reforçar que, projetar o trabalho de assistentes sociais na educação básica, particularmente em escolas públicas, é retratar a função social da educação analisando-a sob a lógica da reprodução da estrutura das relações de força entre as classes ou grupos, como dizia Bourdieu e Passeron (1992), cujas escolas são parte de um sistema que utiliza mecanismos para assegurar o monopólio do conhecimento de uma classe sobre a outra; sistema de ensino que esconde a sua função mais objetiva e específica, que é dissimular a verdade de sua relação com a estrutura das relações de classe. (Bourdieu; Passeron, 1992, p. 216)

O trabalho de assistentes sociais na educação básica objetiva, dentre outros, viabilizar o acesso à política pública de educação, enquanto direito social, bem como contribuir na luta pela materialização de ações profissionais que defendem o direito à

permanência na escola e à participação na sociedade.

Portanto, a intervenção profissional orienta-se por meio de estratégias individuais e, principalmente, coletivas, para o enfrentamento das manifestações da questão social identificadas no cotidiano da vida dentro e fora da escola (CFESS, 2023, p. 10).

As ações profissionais das/os assistentes sociais visam incidir na garantia da qualidade dos serviços prestados aos/às estudantes, atuar no processo de ingresso, reingresso, permanência dos/as estudantes na escola, e no fortalecimento das relações entre a escola, à família e a comunidade. Afinal, a escola é um espaço importante na formação dos estudantes enquanto sujeitos de direitos no exercício da cidadania (CFESS, 2013).

É importante registrar que as entidades representativas e organizativas do serviço social vêm construindo, ao longo de aproximadamente 21 anos, um movimento de articulação política e desenvolvimento de estudos cruciais sobre a inserção, atuação e contribuições da profissão na educação básica.

No tocante a esse movimento político e de sistematização de estudos, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2023, p.11) destaca que:

Daí que, ao longo deste longo período, as gestões do CFESS e dos CRESS se ocuparam em assegurar referenciais analíticos, bem como se referenciar em pesquisadores e profissionais que atuam na área. Estes materiais podem ser vistos nas publicações: Serviço Social na Educação (Gestão CFESS 'Brasil mostra a sua cara' - 2001); Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação (Gestão CFESS 'Atitude Crítica para avançar na luta' - junho 2011); Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de Educação (Gestão CFESS 'Tempo de luta e Resistência' – 2013); Revista Inscrita Número 6. CFESS. Brasília. 2000 com o Artigo do professor Ney Luiz Teixeira de Almeida (UERJ) - "O Serviço Social na Educação"; Parecer nº 23/2000, da assessora jurídica do CFESS, Sylvia Terra, ancorado na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) e no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), designado "A implantação do Serviço Social nas escolas da rede pública de ensino Fundamental e Médio", e agora o Caderno Diálogos do Cotidiano nº 4, com o qual esperamos contribuir com uma formação crítica e com a organização e fortalecimento político da categoria.

Diante desse processo de acúmulo teórico e organização política ocorreu, em 11 de setembro de 2019, a promulgação da lei n. 13.935, que institui a inserção da psicologia e do serviço social nas redes públicas de educação básica para compor as equipes multiprofissionais.

A partir da promulgação desta lei, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o CFESS vêm desenvolvendo ações políticas - audiências públicas, *lives*, palestras, *podcasts*, reuniões, *webinários*, publicações de notícias nas mídias diversas – em conjunto como os conselhos regionais –, para que os estados e municípios brasileiros implementem a lei. Esse processo de luta pela implementação se depara com alguns limites legais inerentes

a estrutura funcional do Estado burguês, que é a realização de processos seletivos ou contratação por cargo comissionado das/os assistentes sociais e psicólogos/as para atuar na educação básica.

A conquista da Lei 13.935/2019 e a regulamentação do novo Fundeb (um instrumento permanente de financiamento da educação básica pública) estão imbricadas e são marcadas por disputas, inclusive dos setores privados da educação, que ambicionam por robustas fatias deste orçamento. Nesta esteira, a inclusão de psicólogos e assistentes sociais na folha de pagamento do Fundeb seria vital à implementação da Lei 13.935, sendo aprovada a Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020, pela unidade na luta criada pelas entidades de representação das categorias, pelo envolvimento de trabalhadores/as e a articulação realizada junto a parlamentares comprometidos/as com a educação pública. Ressalta-se ainda o diálogo profícuo junto às entidades de representação de gestores/as, a exemplo da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), da Associação Brasileira de Municípios (ABM), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Importa também destacar a interlocução com os/as trabalhadores/as da Educação, com destaque para as reuniões com a Confederação Nacional de Trabalhadores na Educação (CNTe). Entretanto, no movimento das relações de forças, foi sancionado pelo presidente da república, em 27 de dezembro de 2021, e publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 28 de dezembro de 2021, sob o número de Lei 14.276/2021, a alteração da Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundeb, retirando os/as profissionais da Lei 13.935/2019, por não os considerar trabalhadores e trabalhadoras da educação (CFESS, 2023, p. 85).

No período do governo Jair Bolsonaro e da pandemia Covid/19, ocorreram retrocessos no processo de regulamentação da inserção das/os assistentes sociais e psicólogos/as no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que implicou ausência de orçamento para o pagamento e a valorização da carreira desses profissionais na rede pública de educação básica.

Até então, as categorias profissionais enfrentam desafios contundentes no processo de luta pela implementação da lei n. 13.935/2019. Dentre estes, citamos: a garantia da inserção de assistentes sociais e psicólogos/as através do FUNDEB, o dimensionamento do número de assistentes sociais por escolas (estudantes/famílias), a precarização das condições de trabalho, vínculo empregatício precarizado, a inexistência da equipe multiprofissional mínima (assistente social, psicólogo/a e pedagogo/a) nas escolas.

Esses desafios são reflexos do aprofundamento das estratégias do projeto neoliberal de desregulamentação e sucateamento das políticas e serviços sociais públicos, particularmente da política pública de educação. Comungamos com o pensamento de Mézáros (2008), quando enfatiza que é impossível formular um modelo de educacional emancipador, mantendo o alicerce das estruturas educacionais hegemônicas do capital. Para a efetivação de uma educação na perspectiva da emancipação humana é indispensável

romper a lógica de produção e reprodução do capital.

A categoria profissional das/os assistentes sociais e psicólogos/as têm um caminho de desafios e possibilidades políticas para alcançar a implementação da lei n. 13.935/2019 nos municípios e estados brasileiros. Entendemos que os desafios estão postos diante do aprofundamento da crise estrutural do capital e o avanço do conservadorismo na câmara e senado federal que incidem sobre a aprovação das normas e do orçamento das políticas públicas. E na contramão, estão as possibilidades dessas profissões se fortalecerem com os movimentos sociais, organizações políticas, estudantes, familiares e demais profissionais da educação na luta e resistência pela defesa da educação pública, laica, gratuita, referenciada e de qualidade.

Dentro desse caminho de possibilidades, temos como guia um projeto profissional que nos ilumina com estratégias técnico-operativas; fundamentações éticas, políticas e teóricas, criticamente articuladas ao real; construção de sínteses analíticas; e outras dimensões que são aparatos importantes na constituição da instrumentalidade profissional.

No caso específico da educação básica, pensando na aprovação da lei, precisamos nos instrumentalizar não apenas de discursos ideológicos e políticos (meramente verbais), mas, sobretudo, de práticas que materializem os princípios do nosso projeto ético-político. Assim como nos diz Amaro (2020, p. 24): “precisamos alicerçar nossos ideais, nossa ontologia, nossa ética e ethos profissional em bases concretas [...]”, corporificando o discurso na prática.

Para isso, temos competências e saberes importantes para o trabalho de assistentes sociais no espaço da educação. Tais competências estão alicerçadas em nossa legislação profissional, nos documentos publicados pelo conjunto CFESS-CRESS, pelos estudos de pesquisadores que se dedicam cientificamente ao tema do serviço social na educação. Dentre estas competências e saberes, citamos Souza (2012):

- Atuar, com criticidade, em equipe interdisciplinar e/ou multiprofissional, com uma base de conhecimento sobre o processo de ensinagem, a sociedade (em suas diferentes dimensões) e a escola como instância fundamental no desenvolvimento biopsicossocial da comunidade escolar.
- Articular uma rede de parceiros, interno e externo à escola, para contribuir na efetivação e na qualidade do processo educativo.
- Elaborar, coordenar e executar projetos e programas com caráter preventivo e político-pedagógico, assumindo uma postura de pesquisador.
- Agir de maneira ética, responsável e comprometida no desempenho de suas funções.
- Trabalhar em conjunto com a equipe pedagógica e gestora na operacionalização das ações, permitindo a concretização do projeto político-pedagógico da escola.

Para a mobilização e alcance dessas competências, é essencial saberes de natureza legislativa (fundamentos dos deveres, direitos e normas legais que regem e sustentam a profissão), teórico-metodológica (conhecimentos, habilidades, fundamentos teórico-metodológicos do serviço social, da educação e demais áreas que somem nas respostas às demandas institucionais e sociais) e experiencial (baseados nas vivências e experiências do cotidiano de trabalho).

Portanto, em um quadro societário que apresenta retrocesso das conquistas legais historicamente alcançadas, fragmentação da luta dos movimentos sociais, privatizações com roupagem de saída da crise econômica e avanço do social, luta cotidiana por uma educação pública, laica e gratuita frente à expansão dessas modalidades de ensino com aspecto mercadológico, é relevante não apenas se debater sobre a educação, mas revisar o que fundamenta na atualidade essa educação dentro de um país dito democrático, universal e de direitos.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental analisar criticamente a política de educação que temos – com as particularidades de cada estado e município –, considerando que ela ainda, por vezes, é estranha aos assistentes sociais, cuja formação profissional tem um aparato mais direcionado para outras políticas e áreas sociais. É necessário, ainda, percebermos a educação em uma perspectiva mais ampla – considerando que ela é parte das diversas dimensões da vida –, criando um processo de apropriação dessa política, da sua história, das suas fundamentações teóricas, assim como, se apropriando da escola como parte da rede de proteção social.

Como parte dessa política social, assistentes sociais travam uma luta constante pelo direito à educação para todas as pessoas, em sua plenitude: acesso, permanência e formação continuada. Registra-se que, o desenvolvimento do serviço social na educação ocorre de forma heterogênea nos estados e municípios; o período de surgimento, a atuação nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, as funções e competências exercidas, não foram e nem podem ser homogêneas. Afinal, a política de educação está articulada em forma de sistema que contempla os interesses da união, dos estados e dos municípios.

A sua instrumentalidade, assim como a política de educação, vem sendo construída e reconstruída no processo socio-histórico; possibilitando que assistentes sociais modifiquem os fundamentos, meios e instrumentos necessários para o alcance dos seus objetivos profissionais. Como mediação, a instrumentalidade do serviço social na educação deve assumir a natureza ética e política da sua prática; deve buscar assumir um perfil, com competências e saberes, que possibilite a comunidade escolar percebê-lo como aliado no jogo de forças que perfazem esse espaço. Para isso, é necessário deixar explícito

os indicativos teórico-práticos da sua intervenção, a sua posição política e ideológica de contribuição na construção, desenvolvimento e emancipação do ser social.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, M. G. R. de; JIMENEZ, S.; BERTOLDO, E. Educação para o trabalho no Estado burguês: uma permanente adequação às demandas do capital. In: **As políticas educacionais no contexto dos limites absolutos do Estado e do capital em crise**. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

CFESS. **Diálogos do cotidiano - assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional**. Brasília/DF. 2023.

CFESS. **Subsídios para a atuação do Serviço Social na Educação**. Brasília/DF. 2013.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, jan./abr. 2011. Disponível em: [file:///D:/Downloads/Balan%C3%A7o%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20FRIGOTTO%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/Balan%C3%A7o%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20FRIGOTTO%20(1).pdf). Acesso em: 09 dez. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Educação brasileira contemporânea: desafios do ensino básico**. 1997. Disponível em <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/ce49aa1f-f2de-4ad1-a756-f3e8f4fdace3/content> Acesso em 11 de jun de 2024.

GUERRA, Yolanda. Racionalidades e Serviço Social: o acervo técnico-instrumental em questão In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo, Cortez: 2017.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2008.

SOUZA, Íris de Lima. **Serviço Social na Educação: que saberes? Que competências?** Natal: EDUnP, 2012.

SILVA, M. R. da.; ARAÚJO, R. M. de L. Educação na contramão da democracia – a reforma do ensino médio no Brasil. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 6-14, maio/ago. 2021.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Luckás, 2012.

# O SERVIÇO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL FEDERAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NO ÂMBITO DA INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL

*Data de submissão: 10/10/2024*

*Data de aceite: 01/11/2024*

### **Jodeyson Islony de Lima Sobrinho**

Universidade Federal de Sergipe - UFS  
Aracaju/SE  
<http://lattes.cnpq.br/7819108340566107>

### **Carlos Wendell Pedrosa dos Santos**

Instituto Federal de Educação da Paraíba  
- IFPB  
João Pessoa/PB  
<https://lattes.cnpq.br/2223643721561400>

### **Carolina Maria Paixão Araújo**

Ministério da Educação - MEC  
Brasília/DF  
<https://lattes.cnpq.br/5715301694905092>

### **Karolayne Ribeiro de Góes**

Instituto Federal de Educação da Paraíba  
- IFPB  
João Pessoa/PB  
<http://lattes.cnpq.br/3557817693904164>

**RESUMO:** A Assistência Estudantil se constitui como instrumento viabilizador do direito à educação superior aos estudantes em situações de vulnerabilidades socioeconômicas. Conquanto, enquanto Política Pública é permeada pelas contradições do sistema capitalista e pelas contrarreformas do Estado brasileiro.

Sendo um campo saturado de mediações, ela também é um espaço sócio-ocupacional dos/as Assistentes Sociais. Partindo, portanto dessas premissas, buscamos aqui analisar as possibilidades e os limites presentes no campo da instrumentalidade profissional do Serviço Social. Utilizamos do materialismo histórico-dialético como método de pesquisa, a partir de uma análise bibliográfica, neste campo crítico, e documental acerca da assistência estudantil federal e das atribuições e competências profissionais. Assim sendo, reforçamos a tona de que quanto mais enriquecida (na racionalidade crítico-dialética) a instrumentalidade profissional e a autonomia relativa do/a Assistente Social mais são as possibilidades de uma intervenção profissional vinculada ao projeto ético-político profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência Estudantil Federal; Serviço Social; Instrumentalidade Profissional.

**SOCIAL SERVICE AND FEDERAL STUDENT ASSISTANCE: LIMITS AND POSSIBILITIES IN THE CONTEXT OF PROFESSIONAL INSTRUMENTALITY**

**ABSTRACT:** Student Assistance is

an instrument that enables the right to higher education for students in situations of socioeconomic vulnerability. However, as Public Policy it is permeated by the contradictions of the capitalist system and the counter-reforms of the Brazilian State. Being a field saturated with mediations, it is also a socio-occupational space for Social Workers. Therefore, based on these premises, we seek here to analyze the possibilities and limits present in the field of professional instrumentality in Social Work. We used historical-dialectical materialism as a research method, based on a bibliographical analysis, in this critical field, and documents about federal student assistance and professional duties and skills. Therefore, we reinforce the point that the more enriched (in critical-dialectic rationality) the professional instrumentality and relative autonomy of the Social Worker, the more are the possibilities of a professional intervention linked to the professional ethical-political project.

**KEYWORDS:** Federal Student Assistance; Social Service; Professional Instrumentality.

## 1 | INTRODUÇÃO

A educação, de modo geral, é marcada pelas determinações próprias da reprodução das relações sociais hegemônicas. Não diferente, o ensino superior também sofre determinações próprias desta realidade, sobretudo, quando esta vem sendo constituída sob os auspícios de uma elite dominante, que se conforma em suas modernizações conservadoras, como é a realidade brasileira. Assim sendo, o ensino superior brasileiro só deve ser entendido em suas contradições, lutas societárias e em seus projetos coletivos e de classe. Afinal, ela não é algo que funciona suspensa no ar (Mészáros, 2008).

Partindo desta premissa, no âmbito superior temos hoje a constituição de Política de Assistência Estudantil como forma primordial de garantir a permanência de pessoas em situações de vulnerabilidades diversas no ensino superior.

Assim sendo, o trajeto histórico que percorre a Assistência Estudantil nos diferentes governos na conjuntura da sociedade brasileira, que de acordo com o período e modelo de Estado, enfrentou diversas barreiras culturais e de crenças no seu processo de implantação e implementação, visto que a escolha pela política de Assistência Estudantil foi realizada em um certo momento histórico, por determinado governo, que não foi o mesmo responsável pela sua operacionalização, o qual acabou resumindo essa política ao PNAES, apenas enquanto instrumento legal de repasse dos recursos às IFES. O que configura a importância de se trabalhar com a categoria historicidade para a análise do objeto aqui em questão.

A apreensão da Assistência Estudantil, na perspectiva de proteção social, deve ser bem mais ampla, ligada ao conceito de política social redistributiva com o objetivo de repor as perdas concretas e os ganhos sociais da classe trabalhadora, decorrentes do contexto do jogo de disputa de poder inerente ao modo de produção capitalista e suas contradições, em que a totalidade se encontra no cerne das relações sociais, onde o que é solicitado pelas classes trabalhadoras não é o mesmo que o Estado tende a oferecer.



E, neste contexto, o trabalho profissional dos/as Assistentes Sociais tem um peso um tanto importante no processo de viabilização desse direito àqueles/as que necessitam. Conquanto, quando a instrumentalidade profissional é enriquecida e mediada pelas/nas dimensões e competências sustentadas no projeto ético-político da profissão, a saída será sempre uma possibilidade à mais na expansão desse direito.

Por isso, a partir da experiência profissional dos/as autores/as no âmbito do trabalho profissional na assistência estudantil federal que objetivamos trazer à tona essa discussão neste artigo, como forma de contribuir com o debate da instrumentalidade profissional relacionado ao trabalho no âmbito da assistência estudantil da rede federal de ensino superior público.

## **2 | A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: LIMITES E POSSIBILIDADES SÓCIOINSTITUCIONAIS**

As desigualdades sociais, no contexto sócio-histórico da sociedade brasileira também se refletem nas desigualdades de acesso e permanência no ensino superior da população das classes trabalhadoras. A trajetória histórica da Assistência Estudantil assemelha-se ao movimento de correlação de forças pelo qual se configurou as políticas sociais no Brasil.

Qual terá sido, afinal, a experiência pioneira, a partir da qual veio a se construir a rica trajetória da assistência estudantil no país? A leitura dos textos disponíveis sobre os caminhos traçados pelas ações de assistência aos estudantes brasileiros dá margem, de fato, a mais indagações do que certezas [...] (Andrés, 2011, p. 03).

Tem-se como marco inicial da Assistência Estudantil na trajetória histórica da educação superior brasileira o Decreto nº 19.850 de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação e o Decreto nº 19.851 de 1931, que criou o Estatuto das Universidades, tais regulamentações favoreceram o desenvolvimento das primeiras ações de Assistência Estudantil. Ainda na década de 1930, o governo cria a União Nacional dos Estudantes (UNE) e concede a Casa do Estudante, no Rio de Janeiro, para a sede administrativa desta associação estudantil, tão importante na luta pela assistência estudantil no país.

Tendo como premissa tais decretos, podemos afirmar que as primeiras ações conhecidas a respeito da assistência aos estudantes de ensino superior público encontravam-se pulverizadas sob o gerenciamento individual de cada instituição e que tinham como foco a moradia, saúde e a alimentação dos/as discentes.

Eram realizadas por meio da disponibilização de residências e restaurantes universitários custeados com parte dos recursos públicos destinados às universidades e a partir de destinações provenientes de taxas pagas pelos/as próprios/as alunos/as, não contando com o reconhecimento, por parte do Governo Federal, como uma política essencial, no âmbito da educação superior, para a permanência dos/as estudantes em

condições de vulnerabilidades socioeconômicas nos cursos de graduação.

Naquele momento e até um longo período na história desse país, “as universidades, de modo geral, realizavam a assistência estudantil com recursos próprios oriundos das então chamadas taxas acadêmicas pagas pelos estudantes (matrículas e outras), portanto, insuficientes” (Santo *apud* FONAPRACE, 2012, p. 47 e 48). Dito de outro modo, a assistência estudantil era desenvolvida de forma pontual, optativa e restritiva com pouca relevância à agenda da gestão pública, e conseqüentemente no repasse de recursos públicos para seu investimento.

Conquanto, o debate e a defesa de uma institucionalização política da assistência estudantil se deram mais no tempo presente, pós-Constituição Federal de 1988, adquirindo mais expressão no movimento real de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Foram se aprofundando as discussões sobre a temática da Assistência Estudantil em espaços coletivos, por meio de representantes de movimentos sociais como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento da Casa de Estudantes e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

Tais movimentos conseguiram fortalecer o debate e articulações, em meados da década de 1980, que culminaram na abertura de espaço à assistência estudantil na agenda das políticas sociais e educacionais, pós-Constituição Federal de 1988.

A assistência estudantil foi fruto, portanto, de toda luta conjunta dos sujeitos coletivos da comunidade acadêmica: estudantes, profissionais e gestores da Assistência Estudantil, na corrida pela regulamentação, não sucateamento e por mais investimentos na área. Como pode ser observados nos relatos apresentados pela Revista Comemorativa 25 anos FONAPRACE:

Ainda segundo Leonel e Carmen, várias reuniões ocorreram com a União Nacional de Estudantes – UNE, com Diretórios Centrais de Estudantes – DCEs das Universidades e também com a Secretaria Nacional de Casas de Estudantes – SENCE. Os universitários perceberam que o FONAPRACE lutava pelas mesmas reivindicações em relação ao espaço e o fortalecimento da AE. “Assistência estudantil: uma questão de investimento”. Esta frase passou a ser uma espécie de bandeira do FONAPRACE para que se firmasse a AE como uma importante e fundamental ferramenta no processo ensino-aprendizagem (FONAPRACE, 2012, p.21).

Em meio a esse contexto de lutas, reivindicações e ampliação da visibilidade e do papel da Assistência Estudantil, o FONAPRACE desenvolveu um trabalho de realização de pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos/as graduandos/as das IFES, a partir do ano de 1996, com intuito de investigar e conhecer a realidade social de seus discentes e como importante instrumento para a defesa da priorização de investimentos para a permanência dos alunos/as em situações de vulnerabilidades socioeconômicas.

Além do diagnóstico mais preciso para definição de políticas públicas, a defesa da universidade pública, em geral, e da Assistência Estudantil, particularmente, depende de um rigoroso conhecimento de sua realidade

social. Quem é o seu público? Qual é a matéria prima sobre a qual ela se dirige? Qual a composição social das IFES brasileiras? (ANDIFES, 2018, p. 02).

Em vista da efetivação da Assistência Estudantil enquanto instrumento de uma política pública (a política educacional), a promoção dos debates, pesquisas e empenho de esforços dos sujeitos sociais e da comunidade acadêmica das IFES, é que no ano de 2007 alcança-se o reconhecimento e aprovação pelo Ministério da Educação (MEC) do Plano Nacional de Assistência Estudantil, que, posteriormente, veio a ser regulamentado por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAS), e após modificações chega-se a sua atual versão no ano de 2010, promulgado pelo então presidente Lula do Partido dos Trabalhadores (PT).

O MEC, considerando a assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como de sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos no ensino superior, instituiu, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Este foi um grande marco na história do FONAPRACE. Uma conquista para a Assistência Estudantil nas duas décadas de existência do Fórum (FONAPRACE, 2012, p. 31).

Nesse sentido, investimentos financeiros foram realizados pelo Governo Federal e repassados às Universidades para que pudessem gerenciá-los, corroborando com a autonomia universitária e para um melhor emprego dos recursos na efetivação da permanência de discentes pertencentes a famílias em situações de vulnerabilidade socioeconômicas. Faz-se oportuno aqui apresentar um pequeno histórico do repasse do financiamento público destinado ao atendimento da demanda da Assistência Estudantil nos últimos anos:

A partir de 2013, as universidades e Cefets ou financiavam a assistência com recursos próprios ou valiam-se do PNAES. Por seu turno, o PNAES dedicou, até 2016, volumes sempre crescentes para as políticas de permanência, saindo de R\$ 125 milhões em 2008, para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2016, sofrendo, todavia, queda para R\$ 987 milhões em 2017 e R\$ 957 milhões em 2018 (ANDIFES, 2018, p. 03).

Pode-se considerar que os investimentos realizados coadunam com o cenário político e econômico ao qual perpassavam as políticas sociais no país, que tiveram incrementos durante os governos dos presidentes representantes do Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma, 2003 – 2016), que desenvolveram políticas públicas pautadas no atendimento ao social, mas que não desviavam a obediência aos pressupostos neoliberais, seguidos da queda do financiamento, a partir de 2016, período de impasses na política nacional, que culminou no Golpe Parlamentar-Midiático-Jurídico da Presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, levando o Brasil nos anos seguintes ao verdadeiro recrudescimento da crise econômico-política.

Enfatiza-se que nesse período subsequente ao golpe, o ritmo e a priorização de investimentos em políticas públicas educacionais e sociais são diretamente atingidos pelos impasses e exigências da lógica de acumulação do mercado capitalista, demonstrando seu caráter secundário, terciário, ou seja, de menor importância para a elite política e econômica brasileira.

Analisa-se, desse modo, que o processo histórico de reconhecimento e regulamentação da Assistência Estudantil, como política essencial para a diminuição das desigualdades sociais no ensino superior, ocorreu em meio ao projeto político-econômico hegemônico de viés neoliberal, seguindo orientações do Banco Mundial (BM).

Deveriam ampliar o acesso ao ensino superior, principalmente nos países de economia periférica, para melhor qualificação da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento do grande capital, e não somente como meio de qualificação, formação e ampliação de conhecimentos aos cidadãos das classes subalternas. “Ou seja, fica claro o duplo objetivo: formar força de trabalho qualificada de acordo com as necessidades do modelo de acumulação e, ao mesmo tempo, buscar coesão social, ampliando as possibilidades de acesso ao ensino superior, mesmo que menos qualificadas” (Cislaghi & Silva, 2012, p. 495).

A realidade que configura a Assistência Estudantil nas IFES, nesse momento histórico contemporâneo, pode ser compreendida a partir do exposto pelos autores Cislaghi e Silva (2012, p. 503):

[...] algumas universidades optam por bolsas: Bolsa Moradia, Bolsa Alimentação, Bolsa Transporte e Bolsa Permanência. Bolsas que diferem das acadêmicas pela sua característica eminentemente assistencial e focalizada. Essa lógica tira do debate a universalização da assistência estudantil por meio de ações como a ampliação de infraestrutura (moradia, restaurantes) das universidades associadas à ampliação de direitos, como o passe livre para estudantes universitários no transporte público, por exemplo.

Compreende-se que a operacionalização do PNAES, por meio do mero repasse financeiro direto aos estudantes, não contemplam as singularidades de cada sujeito e as diversidades regionais de cada instituição, não favorece o desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil de maneira ampla e universal, como requer a totalidade das expressões da questão social que envolve os/as estudantes atendidos/as e os/as que não conseguem ser atendidos/as pela Assistência Estudantil, por questões como a escassez de recursos financeiros, materiais e humanos.

Nesse contexto, as IFES de maneira isoladas e apenas procedendo com a concessão de auxílios financeiros, voltados para sanar demandas imediatas, não conseguiram efetivar a Assistência Estudantil como ação de política pública, pois, o atendimento a indivíduos pertencentes a classes menos favorecidas pressupõe análises que exijam um trato multidisciplinar e interinstitucional, já que as políticas públicas são a única forma de acesso do/a trabalhador/a à riqueza socialmente produzida. Ou, o que se tende é a perpetuação

do ciclo de dependência econômica e social desses estudantes.

Nesse sentido, pensar as singularidades em que a Assistência Estudantil está permeada não a faz ser apenas uma problemática da política de educação de nível superior, mas um espaço de trabalho de toda rede socioassistencial, sobretudo, do/a Assistente Social.

A Assistência Estudantil, portanto, configura-se no âmbito das políticas públicas, especificamente, da educação superior, na perspectiva de garantir o atendimento às necessidades básicas dos/as estudantes por meio de ações que favoreçam a proteção social, com intuito de promover o acesso, viabilizar a permanência e prevenir retenções e evasões dos/as acadêmicos/as das IFES.

Dessa forma, as ações da Assistência Estudantil devem ser pautadas considerando as diversas necessidades que permeiam a condição de sobrevivência e de permanência dos/as discentes nas universidades, que vão além da situação financeira, e que é agravada por fatores, como: dificuldade em adquirir material didático; baixo rendimento escolar; necessidade de cuidados com a saúde mental e física; dificuldades com transportes públicos para as universidades; necessidade de alimentação saudável; pouca experiência e oportunidades para adentrar ao mercado de trabalho; dentre outros.

Diante dessa análise sócio-histórica de consolidação da Assistência Estudantil, enquanto parte constitutiva da política educacional no Brasil, em específico, a política de educação superior, podemos afirmar que o trabalho dos/as diversos/as profissionais, dentre eles, os/as Assistentes Sociais, no âmbito dessa realidade, só é possível por meio do entendimento de um trabalho multidisciplinar. E, no caso do Serviço Social, é necessário o entendimento de sua instrumentalidade profissional enriquecida na racionalidade crítico-dialética, a qual é embebida na cultura crítica profissional, própria do atual projeto ético-político, como veremos a seguir.

### **3 | LIMITES E POSSIBILIDADES DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL FEDERAL NO BRASIL**

Como já apresentado anteriormente, o trabalho dos/as diversos/as profissionais no âmbito da Assistência Estudantil federal é permeado de possibilidades, mas também de desafios cotidianos neste espaço educacional. Isso não está restrito apenas aos recursos financeiros e/ou humanos, mas ao próprio fazer profissional e suas variadas determinações. Nesse ponto, no âmbito do trabalho dos/as Assistentes Sociais, destacaremos aqui, algumas questões que entendemos serem fundamentais para problematizar a relação entre instrumentalidade e o trabalho desses profissionais na Assistência Estudantil Federal.

Essa relação torna-se ainda mais importante, visto que, com a continuidade das lutas por uma Assistência Estudantil ainda mais estrutural, foi sancionada a Lei nº 14.914/24 que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil, deixando de ser um programa

e tornando-se política de Estado. A mudança de programa para política, em um primeiro momento, parece ser quase uma continuidade, contudo, entendemos que esse movimento representa mais uma concretização de direitos e também um marcador para que as instituições de ensino federal, gestores/as e demais profissionais entendam a dimensão dessa política para a vida de milhares de estudantes, podendo assim reforçar cada vez mais sua necessária universalização.

Voltando ao tema, a instrumentalidade profissional ainda gera na categoria de Assistentes Sociais certo ruído pela multiplicidade de entendimentos que ela carrega.

Existe um ranço histórico que confunde instrumentalidade e instrumentais técnicos do trabalho profissional, não apenas pela semântica das palavras, mas pelo seu real significado prático para a profissão. Guerra (2014) afirma que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas, mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico. Estar dado que o entendimento da instrumentalidade ensejada na racionalidade crítico-dialética supera a compreensão que a vincula apenas aos instrumentos e/ou técnicas.

É possível perceber sua relação com as necessidades sociais, metamorfoseadas em demandas institucionais, a relação com a instituição e também com a própria profissão, colocando ao profissional a necessidade de transformá-las em demandas sócioprofissionais. Assim sendo,

[...] infere-se que é necessário ultrapassar o nível de mera “ferramenta”, de mera profissão presa em seus muros internos e institucionais, é necessário avançar e ultrapassar essas concepções, pois, para que seja possível materializar os objetivos do projeto ético-político, é necessário empreender uma prática profissional que seja reflexiva, questionadora, propositiva, criativa e crítica, que tenha como horizonte a transformação social e a superação do sistema do grande capital em sua integralidade (Corrent, 2022, p. 10).

O trabalho pautado no atual projeto ético-político da profissão é condição vital para uma intervenção guiada nos termos almejados pela categoria e que o horizonte dessas ações não pare na simples solução das demandas que aparecem no cotidiano institucional, mas com os desafios da atualidade – avanço do conservadorismo, intensificação do neoliberalismo e suas repercussões para o mundo do trabalho e políticas públicas, por exemplo – somos levados a pensar que existe uma impossibilidade dessa articulação no plano prático e cotidiano, fazendo da falaciosa frase “*na prática, a teoria é outra*” ganhar um eco um tanto indesejado.

Contudo, como bem sinaliza Matos (2015, p. 685), “se efetivamente internalizarmos os valores do projeto ético-político, que são emancipatórios, daremos respostas emancipatórias para a ‘dureza’ do dia a dia”. Logo, podemos inferir que esses valores devem ser internalizados ainda na formação profissional, para que nos desafios da prática eles continuem sendo o caminho para a nossa instrumentalidade.

Na ausência dessa competência intelectual, que requer reflexão, estudo, pesquisa e domínio de informações sobre a realidade, ganham projeção técnica a avaliação e o julgamento dos resultados da ação que, quase sempre, recaem na constatação da impossibilidade de utilização da teoria social crítica, de inspiração marxiana, para tratar os fenômenos singulares e contemporâneos. Isso porque na teoria marxiana alguns leitores desavisados procuram inspiração para orientar ou instrumentalizar imediatamente as demandas cotidianas (Mota, 2014, p. 701).

A pressão diária em responder o que se apresenta da forma mais imediata possível faz os/as profissionais ficarem presos/as aos limites institucionais, sem nenhum tipo de problematização real das múltiplas expressões da questão social que permeiam tal demanda. Por isso, a instrumentalidade é confundida com o manuseio dos instrumentos e técnicas de trabalho, dando a aparência de desvinculação da profissão com a realidade e, por conseguinte, relegando aos usuários insuficiente atendimento de suas necessidades sociais. Assim sendo,

[...] o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (Iamamoto, 2014, p. 611).

É interessante perceber o esforço de algumas das nossas principais referências em chamar atenção para a importância do/a profissional manter-se firme nos pressupostos do projeto da profissão hegemônico e a necessidade de superação do que se apresenta no cotidiano, e para que isso aconteça, o fortalecimento da instrumentalidade é condição *sine qua non*.

Todo esse debate acontece dentro também de uma das políticas públicas, a política educacional, que mais foi alvo de intensos debates e que a luta de projetos antagônicos nunca foi tão explícita como nos últimos anos. Gadotti (2000) afirma que o traço mais original da educação desse século é o deslocamento do enfoque do individual para o social, para o político e para o ideológico, logo, tornou-se permanente e social, e assim ela não é neutra.

Contudo, existe um retrocesso sendo permanentemente alimentado no seio da sociedade de que alguns posicionamentos, principalmente, os que trazem uma reflexão sobre temas relacionados à questão de gênero e étnico-racial, seriam uma forma de doutrinação e por isso, projetos como “Escola sem partido”, *homeschooling* e o ataque à autonomia das universidades e institutos federais foram bandeira de governo da gestão Jair Bolsonaro (2019 - 2022), questão tão fundamentais em pensar o trabalho profissional junto aos estudantes usuários da Assistência Estudantil.

Essa tentativa de neutralidade impactou significativamente o trabalho do/a

Assistente Social, que dentro de suas funções nas instituições federais de ensino – caráter pedagógico - tem esse constante contato com os/as discentes, desenvolvendo ações e projetos que envolvem diversos aspectos da vida em sociedade, ultrapassando a visão de que a profissão é responsável apenas pelo gerenciamento do recurso das “bolsas” e auxílio estudantis.

As requisições institucionais são distintas, e nas instituições empregadoras prioriza-se o trabalho burocrático, as demandas pragmáticas, as respostas imediatas, com o preenchimento de muitas planilhas pré-elaboradas, em base de tecnologias de informáticas e comunicação, sobrepondo à atuação rotineira do trabalho técnico ao trabalho técnico-criativo, no qual os plantões, as visitas domiciliares, os pareceres socioeconômicos de acesso a benefícios, sob o viés institucional, acabam por se sobrepor às atividades educativas, já que cada vez mais se exigem parâmetros elevados de produtividade, dentre muitas outras requisições (Lima Sobrinho, 2024, p. 12).

Em razão disso fica evidente a importância de entender a instrumentalidade como mediação, para que o/a profissional consiga realizar a ultrapassagem dessa rotina de respostas imediatas, carente de esforço teórico-metodológico, próprio da “captura” da subjetividade profissional.

O processo de precarização do trabalho no capitalismo global atinge a “objetividade” e a “subjetividade” da classe das/os trabalhadoras/es assalariadas/os. O eixo central dos dispositivos organizacionais (e institucionais) das inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação produtiva é a “captura” da subjetividade do trabalho pela lógica do capital, e sua racionalidade adjacente (Lima Sobrinho *et al*, 2023).

Quando esses traços se mesclam aos ditames do ideário gerencial, com o abandono da razão e/ou forjados numa racionalidade abstrata-formal e/ou instrumental, a tendência profissional é a de utilização de técnicas e instrumentos profissionais que mobilizem o campo da subjetividade e passivização do/a trabalhador/a e de si própria, como conceber que “na prática a teoria é outra”; assumir as diretrizes da instituição e das políticas sociais como respostas profissionais sem a interlocução com os fundamentos do projeto ético-político profissional; a reprodução de tendências conservadoras da dimensão ético-política. Convergem, portanto, num caminho perene à “captura” da subjetividade profissional e das/os usuárias/os (Lima Sobrinho *et al*, 2023, p. 10-11).

Reforça-se assim o perigo que é para os/as Assistentes Sociais das instituições de ensino da rede federal ter no horizonte da Assistência Estudantil apenas a manutenção das seleções de participação nos diversos programas preconizados por essa (alimentação, transporte, moradia, entre outros) seu principal trabalho nas universidades e institutos federais.

Pelo contrário, entendemos que a instrumentalidade deve fazer parte da ação cotidiana do/a profissional e para que isso aconteça, entre outras, a utilização de instrumentos/técnicas são parte fundamental, desde que elaboradas e implementadas



em conformidade, não apenas com as regras institucionais, mas como defendido aqui, com o projeto ético-político da profissão. Destacamos para exemplificar, entendendo que não iremos aqui esgotar todas as possibilidades, a indispensável elaboração do projeto de trabalho, que:

[...] não é um mero instrumento e, muito menos, um manual a ser seguido; ele deve condensar as possibilidades e os limites colocados ao profissional para executar suas tarefas e deve iluminar sua constante avaliação da eficácia de seus instrumentos, técnicas e conhecimentos para atingir as metas propostas, que devem estar articuladas aos elementos presentes no espaço sócio-ocupacional, como também referendarem os compromissos profissionais (Couto, 2009, p. 4).

Percebemos a dimensão apurada de um projeto de trabalho e como ele integra a perspectiva da instrumentalidade em todos os aspectos do trabalho profissional. Outra ação que julgamos ser imperiosa para o trabalho - além dos limites institucionais e que também exige do/a profissional trato para dialogar com os diversos níveis hierárquicos - é o conhecimento e devida apropriação do orçamento referente à Assistência Estudantil. Esse é um instrumental fundamental para que as ações sejam pensadas, adicionadas ao projeto de trabalho, publicizadas e implementadas, acontecendo, concomitantemente, a articulação com o corpo discente por meio de suas entidades representativas.

Não restam dúvidas dos desafios impostos pela dinâmica do real e que isso afeta o trabalho dos/as Assistentes Sociais em seus diversos espaços sócio-ocupacionais, mas é imperativo não perder de vista, conforme sinaliza Corrent (2022), que para que seja possível transformar o imediatismo inerente ao cotidiano, e assim romper com as ações meramente instrumentais, é necessário que seja empreendida uma reflexão da instrumentalidade como uma mediação, e essa reflexão deve compreender os aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos de toda e qualquer situação apresentada ao Serviço Social.

A Assistência Estudantil desenvolve relevante papel no acesso, permanência e conclusão do ensino superior de milhares de estudantes, não apenas em seu recorte financeiro, mas por permitir a criação de uma estrutura nas instituições, com diversos programas. Já no que tange a composição de equipes multiprofissionais, o Serviço Social é considerado uma profissão essencial para implementação desse programa.

Sendo assim, as demandas para os/as Assistentes Sociais são as mais diversas, pois estas não estão restritas apenas ao âmbito da instituição, a exemplo: a necessária articulação com as demais políticas como Assistência Social e Saúde; trabalho com as famílias; estudo social para acesso aos programas, entre outros. Isso nos faz inferir que existe uma constante exigência para que o/a profissional se mantenha atualizado/a, em permanente estado de formação, pois assim poderá ter mais repertório para uma intervenção pautada no projeto ético-político. Ou seja, sem empreender esses esforços a atuação profissional dos/as Assistentes Sociais tende a ser reduzida ao mero nível

instrumental, típico do projeto burguês de sociedade (Corrent, 2022).

[...] diante dessa realidade um tanto adversa à cultura crítica profissional, as assistentes sociais são desafiadas a recriar o seu trabalho, considerando a contribuição na reprodução material e social dos sujeitos, expresso na prestação de serviços sociais de qualidade, a partir das políticas públicas, na sua dimensão educativa, que incide na cultura das classes subalternas, nas suas maneiras de ver, viver e sentir a vida, fortalecendo assim a dimensão coletiva das lutas sociais (Lima Sobrinho, 2024, p. 15).

Todo esse debate sobre a importância do/a Assistente Social conhecer e aprofundar a instrumentalidade inerente à profissão deve ser contínuo e fazer parte dos espaços organizativos e acadêmicos do Serviço Social. É necessário priorizar, portanto, esse assunto, pois como vimos, qualquer ação crítica-reflexiva demandará uma intervenção que ultrapasse o imediatismo, a aparência.

Assim sendo, a apreensão do movimento dialético da demanda que se chega ao Serviço Social, se coloca como uma equação *sine qua non* para o acesso de uma instrumentalidade enriquecida, de captura do fenômeno de determinada questão, de forma a indagar e descrever como tal questão em si se manifesta naquela situação, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência (Kosik, 1976).

Portanto, não é possível chegar à essência com os desafios vivenciados cotidianamente pelos/as profissionais com uma atuação desvinculada do que é preconizado pelo projeto ético-político. Essa é uma das armadilhas construídas por todas as mudanças que acontecem na atualidade capitalista.

A instrumentalidade, portanto, é mediação, é base para um fazer crítico e alicerçado no compromisso da mudança das condições que impactam a vida de tantas pessoas e que na Assistência Estudantil ganha contornos ainda mais expressivos, já que se refere ao momento de formação e consecutiva alteração da vida socioeconômica, cultural e política de milhares de pessoas.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos apresentar alguns dos principais pontos que na atualidade permeiam a Política de Assistência Estudantil Federal e o trabalho do/a Assistente social no que se refere a sua instrumentalidade nessa política. O envolvimento desses/as profissionais com essa política não é recente, remonta desde os períodos de luta para a existência de um conjunto de ações que garantisse a permanência e conclusão de estudantes em condição de vulnerabilidade social, sempre em conjunto com os demais movimentos: estudantil, servidores da educação e sociedade civil organizada.

A recente mudança de programa para política, representou mais um importante passo para o fortalecimento da Assistência Estudantil, pois ganhando *status* de política de Estado

deixa de ser entendida como um “aceno” de Governo, para integrar a estrutura permanente da administração pública federal. Com isso, ganha mais espaço nas discussões referente a orçamento, metas, alocação de recursos humanos, acompanhamento e avaliação de resultados.

Toda essa mudança apresenta mais um desafio para o/a Assistente Social, pois novos objetivos, programas e ações são desenvolvidos com a política, causando impactos para o cotidiano nas instituições e, consecutivamente, na sua rotina de trabalho. Rotina essa que já é perpassada por todos os desafios próprios da dinâmica da realidade em um contexto de agudização da questão social e suas refrações, espraiamento do neoliberalismo e conservadorismo, pressão institucional para rápida resolução das demandas - cada vez mais longe das necessidades sociais - e as mudanças nas relações de trabalho no âmbito do serviço público.

Diante de tudo isso, fica evidente a necessidade de constante processo de formação permanente profissional, principalmente, no que tange a instrumentalidade. Como dito anteriormente, essa é a base para o exercício profissional crítico e alicerçado no projeto ético-político, dando capacidade ao/a Assistente Social de intervir na realidade com mais propriedade dos aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, buscando sempre a aproximação para uma intervenção com a tão almejada totalidade.

Portanto, percebemos com essa breve reflexão que o caminho ainda é longo e deve continuar fazendo parte dos nossos espaços de formação e trabalho profissional. A instrumentalidade tem que ser compreendida e efetivada, não entendida como um acessório para ser utilizada quando conveniente, mas é o ponto crucial para qualquer intervenção criticamente direcionada e conceitualmente referenciada.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉS, Aparecida. Aspectos da Assistência Estudantil nas Universidades Públicas. **Consultoria da Câmara dos Deputados, 2011**. Disponível em: [http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7284/aspectos\\_assistencia\\_andres.pdf?sequence=2](http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7284/aspectos_assistencia_andres.pdf?sequence=2) Acesso em: 25 de junho 2020.

FONAPRACE. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. **ANDIFES**. Universidade Federal de Uberlândia, PROEX: 2012. Disponível em: [http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos\\_download/Revista\\_Fonaprace\\_25\\_Anos.pdf](http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Revista_Fonaprace_25_Anos.pdf) Acesso em: 14 de abril de 2019.

ANDIFES. **V pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. 2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf> acesso em: 11 de julho 2020.

CISLAGHI, J. F. e SILVA, M. T. da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. In: **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez. 2012. Disponível em: [http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/13025/11380](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13025/11380) Acesso em: 14 de abril de 2019.

CORRENT, Nikolas (org.). A instrumentalidade do serviço social e os processos interventivos na atuação do/da assistente social. In: **Serviço social no Brasil: desafios contemporâneos**. Itapiranga: Schreiben, 2022.

COUTO, Berenice R. Formulação de Projeto de trabalho Profissional. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS. 2009.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em perspectiva**, abril/junho; 14(2):12, 2000.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 1. Reedição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

LIMA SOBRINHO, Jodeyson I. de. As diretrizes institucionais como fundamento do trabalho profissional em detrimento da cultura crítica do serviço social: contrassensos que dificultam a incorporação do projeto ético-político profissional. **Revista Observatório de la economia latinoamericana**, Curitiba, v.22, n.6, p. 01-18. 2024.

LIMA SOBRINHO, Jodeyson I. de; SILVA, Adriana B.; HONORATO, Andreia A. S. A razão instrumental como fundamento da instrumentalidade conservadora no serviço social: Elementos que “capturam” a subjetividade profissional das/dos Assistentes Sociais. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**. XI, 2023. UFMA. Anais eletrônico. Disponível em: [https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoid\\_3629\\_36296498e1f989d55.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaoid_3629_36296498e1f989d55.pdf). Acesso em 01 de ago de 2024.

MATOS, Maurílio C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2008.

MOTA, Ana E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

# O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO COMPLEXO HOSPITALAR MONSENHOR WALFREDO GURGEL EM NATAL/RN: ATRIBUIÇÕES/ COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

Data de submissão: 10/07/2024

Data de aceite: 01/11/2024

### Jodeyson Islony de Lima Sobrinho

Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná - UNIOESTE/FBO  
Francisco Beltrão-PR  
<http://lattes.cnpq.br/7819108340566107>

### Janaina Kelly Paiva do Nascimento

Secretaria Municipal de Assistência Social  
de Parnamirim  
Natal-RN  
<http://lattes.cnpq.br/4099801028804265>

ampliação dessa discussão no âmbito da saúde e as possíveis mediações entre o trabalho profissional e o Projeto Ético-Político, na conformação das atribuições, competências e da instrumentalidade profissional nesse espaço sócio-ocupacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Saúde; Atribuições e Competências Profissionais; Instrumentalidade; Projeto Ético-Político.

**RESUMO:** As atribuições e competências profissionais são temas discutidos pela categoria de assistentes sociais, e, adquire outro *status*, quando apreendidas como parte da instrumentalidade do Serviço Social. Assim sendo, neste artigo apresentamos uma síntese das discussões empreendidas no Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no qual buscamos apreender o trabalho do/a assistente social no âmbito hospitalar, tendo como realidade o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel em Natal/RN. Partimos de uma abordagem qualitativa e fizemos uso do método materialista histórico-dialético. Assim, apontamos a necessidade de

## THE WORK OF THE SOCIAL WORKER AT THE MONSENHOR WALFREDO GURGEL HOSPITAL COMPLEX IN NATAL/RN: PROFESSIONAL ATTRIBUTIONS/ SKILLS AND THE INSTRUMENTALITY OF SOCIAL SERVICE

**ABSTRACT:** Professional duties and skills are topics discussed by the category of social workers, and acquire another status when understood as part of the instrumentality of Social Service. Therefore, in this article we present a synthesis of the discussions undertaken in the Final Work of the Course in Social Service at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), in which we seek to understand the work of social workers in the hospital environment,

taking as a reality the Monsenhor Walfredo Gurgel Hospital in Natal/RN. We started from a qualitative approach and made use of the historical-dialectic materialist method. Thus, we point out the need to expand this discussion in the context of health and the possible mediations between professional work and the Ethical-Political Project, in the conformation of attributions, competencies and professional instrumentality in this socio-occupational space.

**KEYWORDS:** Social Service; Cheers; Professional Assignments and Competencies; Instrumentality; Ethical-Political Project.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo, expressão teórico-política das discussões que empreendemos em nosso processo pesquisa, no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso na graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), enfoca algumas reflexões relacionadas às atribuições privativas e competências profissionais do/a assistente social na área da saúde, tendo como *locus* o Complexo Hospitalar Monsenhor Walfredo Gurgel (HMWG), localizado na cidade do Natal - RN.

O Serviço Social a partir da década de 1990 se vê confrontado por um conjunto de transformações que estão ocorrendo na sociabilidade capitalista, que desafia a categoria a compreender e intervir nas novas manifestações da questão social, que se expressam, dentre outras, pela precarização do trabalho e pelo agravamento das desigualdades sociais na atual conjuntura (Yazbek, 2009).

Essas transformações sócio-históricas influenciam diretamente os espaços de trabalho ocupados pelos/as assistentes sociais e nas demandas profissionais, as quais chegam cada vez mais fragmentadas. Diante desse cenário, os/as assistentes sociais veem sua autonomia profissional, de certa forma, ameaçada pelos interesses do capital traduzidos nas exigências institucionais. E nesse percurso, muitas mediações precisam ser feitas para que, pelo menos, os normativos legais que respaldam o trabalho profissional sejam respeitados institucionalmente, ao tempo que devem ser incorporados pelos/as profissionais.

Assim sendo, a pesquisa foi realizada por meio de levantamento do referencial teórico-conceitual, atrelado à pesquisa documental, realizada a partir de documentos construídos durante a experiência de campo de estágio, tais como diário de campo, relatório de estágio, cenário institucional e questionários semiestruturados aplicados durante a elaboração do projeto de intervenção. Estes questionários, enquanto instrumento de coleta de dados, foram aplicados junto às assistentes sociais.

No presente artigo, portanto, apresentamos parte dos resultados alcançados, ampliando as discussões sobre a temática aqui abordada. Assim, didaticamente, subdividimos o trabalho em algumas seções, sendo elas: introdução; reflexão acerca da instrumentalidade do Serviço Social, sua relação com as atribuições e competências profissionais, especificadamente no campo da saúde; depois buscamos apreendendo-as

no lócus dessa pesquisa; e, por último, apresentamos nossas considerações finais sobre esse processo.

## **2 | A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL E AS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA SAÚDE**

Ao tratarmos dos normativos que regulamentam a profissão de Serviço Social no Brasil temos dois pilares principais: a Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) e o Código de Ética dos/as Assistentes Sociais (1993). Aquela evidencia que o exercício da profissão deve se dar por quem possuir diploma de graduação em Serviço Social, reconhecido oficialmente e devidamente registrado no órgão competente (CRESS – Conselho Regional de Serviço Social).

Na dimensão ética, destacamos como ganho para a profissão o Código de Ética de 1993, que estabelece para a categoria princípios e valores que norteiam a prática profissional. De forma geral, estes princípios estabelecem à profissão balizas para que o exercício profissional do/a assistente social seja pautado pela defesa dos direitos humanos; pelo fortalecimento da democracia, liberdade; garantia do pluralismo profissional; a defesa de um serviço público de boa qualidade ofertado à classe trabalhadora; a proteção da justiça social e da equidade, visando eliminar qualquer forma de preconceito, incorporando uma nova concepção ético-política para o/a profissional de Serviço Social; além de se nortear pela construção de uma nova ordem societária, livre de qualquer forma de exploração e opressão.

A Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências, as quais são sustentáculos à prática profissional, e em seus artigos 4º e 5º tratam-se das competências e das atribuições privativas, respectivamente. O artigo 4º da Lei 8.662/93 elenca como competências do/a assistente social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; IV – (vetado); VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização

e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CFESS, 2012, p. 44 e 45).

Essas competências profissionais indicam atividades que podem ser realizadas pelos/as assistentes sociais nos variados espaços de trabalho, mas que não são exclusivas à responsabilidade do Serviço Social, podendo ser realizadas por outros profissionais, aqui, a exemplo da equipe de saúde. Já o artigo 5º da referida lei lista como atribuições privativas do/a assistente social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (CFESS, 2012, p. 45 a 47).

Essas 13 atribuições privativas vêm preservar o espaço ocupacional do/a assistente social evidenciando as atividades que dizem respeito à área, unidade e matéria do Serviço Social, contidas nos incisos do artigo 5º presentes na lei. Por ser uma questão inerente e fundamental à categoria de assistentes sociais, a qual delimita a atividade enquanto privativa do/a assistente social, é preciso que esses elementos sejam analisados e compreendidos entre a categoria.

Iamamoto (2012, p. 39) interpreta que no sentido etimológico “a matéria diz respeito à substância ou objeto ou assunto sobre o que particularmente se exerce a força de um agente”; a “área refere-se ao campo delimitado ou âmbito de atuação do assistente social”; enquanto, a unidade diz respeito a uma “ação simultânea de vários agentes que tendem ao mesmo fim [...], a unidade de Serviço Social pode ser interpretada como um conjunto de profissionais de uma unidade de trabalho”.

No quesito à interpretação da lei que regulamenta a profissão, Sylvia Terra, na



época assessora jurídica do CFESS, em seu parecer jurídico datado em 1998, analisa e interpreta as contradições existentes entre os incisos dos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, observando cuidadosamente se os artigos referentes às competências profissionais estão contemplados no artigo 5º que diz respeito às atribuições privativas. Nesse parecer ela pontua que há certa duplicidade nos incisos do artigo 4º em relação ao artigo 5º da referida lei, entretanto, entende que:

[...] se existe a repetição da mesma atividade em competência, prevalece, sem dúvida na modalidade de ATRIBUIÇÃO PRIVATIVA, uma vez que a norma específica que regula o exercício profissional do assistente social deve ser superior à norma genérica que estabelece, simplesmente competências (CFESS, 1998, p. 06).

Desse modo, o parecer jurídico não aponta inconstitucionalidade na lei que regulamenta a profissão do/a assistente social, porém, cabe distinguir as competências inseridas no artigo 4º e as atribuições privativas inseridas no artigo 5º de forma cuidadosa. Já que o que consta naquele pode ser executado por qualquer profissional, enquanto o que está presente neste, é uma atribuição exclusiva e determinada da profissão.

Nesse sentido, é importante que os/as assistentes sociais se apropriem do que está disposto na lei que regulamenta a profissão para que não ultrapassem o limite de sua atuação e nem absorvam atividades impostas pelas instituições empregadoras como sendo de sua responsabilidade. Entretanto, a imediatividade do cotidiano profissional e as instituições que contratam o trabalho especializado do/a assistente social requerem desses profissionais respostas rápidas e, por vezes, acabam determinando o desenvolvimento do trabalho profissional de acordo com os interesses institucionais, que podem ou não reforçar a lógica do mercado em detrimento das diretrizes profissionais.

Partindo dessas premissas, no tocante ao trabalho do/a assistente social na esfera da saúde, em específico no âmbito hospitalar, objeto de nossa pesquisa, identificamos que a correlação de forças entre o que está sendo exigido pela instituição e a intencionalidade do/a profissional, colocam em xeque a autonomia relativa da profissão de Serviço Social, levando os/as profissionais a subsumirem as determinações institucionais.

Esse contexto adverso gera desafios à profissão no que diz respeito à efetivação real do Projeto Ético-Político. Segundo Iamamoto (2012, p.44), para que esse projeto seja consolidado nos espaços sócio-ocupacionais em que os/as assistentes sociais exercem sua prática profissional:

[...] é necessário articular as dimensões ético-políticas, acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do trabalho profissional em que se materializa. Requer uma análise acurada das reais condições e relações sociais em que se efetiva a profissão, num radical esforço de integrar o dever ser com a objetivação desse projeto, sob o risco de se deslizar para uma proposta ideal, porque abstraída da realidade histórica, elidindo as particulares determinações e mediações que incidem no processamento dessa operacionalização do trabalho coletivo.

No confronto entre as condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional se coloca a intencionalidade dos/as assistentes sociais, que vem sendo capturada pela lógica dos objetivos institucionais. No enfrentamento a essa questão, se coloca a importância de se apreender a instrumentalidade como uma mediação para entender a determinação sócio-histórica da profissão, a fim de se construir possibilidades sócioprofissionais alinhadas à cultura crítica da profissão.

Para Guerra (2000, p. 06), a instrumentalidade consiste em “uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico”. Melhor dizendo, a instrumentalidade não está resumida apenas aos instrumentos técnicos utilizados pelos/as assistentes sociais para concretizar efetivamente seus objetivos profissionais. Ela também diz respeito à capacidade do/a profissional em apreender “mediações objetivas e subjetivas (tais como valores éticos, morais, civilizatórios, princípios e referências teóricas, práticas e políticas) que se colocam na realidade da intervenção profissional” (Guerra, 2000, p. 06).

As dimensões que compõem a profissão são elementares ao trabalho profissional, uma vez que elas se constituem e se alimentam na instrumentalidade da profissão, tendo-a “como uma mediação que permite a passagem das ações meramente instrumentais para o serviço social crítico e competente” (Guerra, 2000, p. 8). A instrumentalidade, quando enraizada na racionalidade crítica-dialética, permite aos assistentes sociais apreenderem a totalidade social, bem como as particularidades da sua área de atuação profissional, de forma a traçar estratégias de intervenção que qualifiquem as atribuições privativas e competências profissionais nesses espaços.

Conforme Guerra (2013), essas dimensões do exercício profissional estão interligadas umas às outras, embora a dimensão técnico-operativa seja a dimensão que mais se destaca dando visibilidade social a profissão. Segundo essa perspectiva, a defesa das prerrogativas profissionais não pode ser pensada descolada da conjuntura histórica atual e dos seus rebatimentos no exercício trabalho do/as assistentes sociais, muito menos fora do contexto em que essa prática se materializa de fato, num cotidiano complexo, considerando-se que “[...] esse contexto apresenta tanto demandas que podem potencializar o trabalho profissional de assistentes sociais, como também [...], apresentar um conjunto de requisições que visam descaracterizar a profissão” (Matos, 2015, p. 696).

Só que diante das mudanças ocorridas nas instituições em que se inserem os/as profissionais do Serviço Social, orientadas pela lógica neoliberal e ultraneoliberal, são cada vez mais complexas as demandas que chegam aos profissionais, tendo em vista que as políticas sociais não são pensadas para a totalidade da população e sim para aquela camada mais pauperizada, a partir de uma visão mascarada e fragmentada da realidade. As alterações ocorridas nas políticas sociais nessa conjuntura, além de prejudicar os usuários dos serviços, também reflete no exercício profissional do/a assistente social, cada vez mais cobrado a dar respostas imediatas e desqualificadas às expressões da questão social.

Foi diante dessa conjuntura que a categoria de assistentes sociais passou a reivindicar junto às entidades representativas um documento que fundamentasse o seu exercício profissional, de forma que tivessem condições de intervir nas particularidades das demandas da área da saúde, compreendendo as demandas dos usuários e as demandas institucionais. Então, a partir de uma iniciativa do conjunto CFESS/CRESS foi elaborado os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde que visa:

[...] responder um histórico pleito da categoria em torno de orientações gerais sobre as respostas profissionais a serem dadas pelos assistentes sociais às demandas identificadas no cotidiano do trabalho no setor saúde e aquelas que ora são requisitadas pelos usuários dos serviços ora pelos empregadores desses profissionais no setor de saúde (CFESS, 2010, p. 11).

Esse documento foi resultado das reivindicações históricas dos/as assistentes sociais para um aprofundamento teórico-prático das atribuições e competências profissionais, relacionando-as a realidade vivenciada por esses profissionais nas instituições de saúde fornecendo subsídios éticos, políticos, teóricos para uma prática profissional comprometida com o Projeto Ético-Político da profissão. Partindo desse pressuposto é possível identificar que “O Assistente Social tem ampliado sua ação profissional, transcendendo a ação direta com os usuários e atuando também no planejamento, gestão, assessoria, investigação, formação de recursos humanos e nos mecanismos de controle” (CFESS, 2010, p. 21).

Por isso, considerando que o profissional na saúde desenvolve suas ações profissionais em várias dimensões, o CFESS (2010) aponta que os/as assistentes sociais na área da saúde atuam em quatro grandes eixos centrais. Sendo eles:

- **Atendimento direto aos usuários:** as principais ações desenvolvidas nesse eixo são de caráter socioassistencial, de articulação com a equipe de saúde e as ações socioeducativas. Para que o/a assistente social desenvolva sua intervenção profissional com qualidade, precisa ter se apropriado de suas atribuições e competências profissionais para que possa analisar as demandas e estabelecer estratégias de intervenção para as necessidades dos seus usuários. Embora essas demandas cheguem ao profissional de forma fragmentada e emergente, o profissional de Serviço Social precisa tentar ultrapassar esse caráter fragmentado das múltiplas expressões da questão social. Em relação às ações de caráter socioeducativo, o conselho destaca que “essas consistem em orientações reflexivas e socialização de informações realizadas por meio de abordagens individuais, grupais ou coletivas ao usuário, família e população de determinada área programática” (CFESS, 2010, p.54).
- **Mobilização, participação e controle social:** as ações desenvolvidas por esse eixo são voltadas para a mobilização e participação dos usuários dos serviços, seus familiares, trabalhadores de saúde e movimentos sociais nos espaços destinados ao controle social (fóruns, conselhos, conferências, entre outros). Tem como finalidade contribuir com a organização política desses sujeitos sociais, já que através de atividades de educação popular é possível organizá-los

e incentivá-los para que reivindiquem por melhorias nos serviços públicos.

- **Investigação, Planejamento e Gestão:** as ações desenvolvidas nesse eixo objetivam o fortalecimento da gestão democrática e participativa que incentive a intersectorialidade entre a equipe de saúde, com o intuito de efetivar a gestão em benefício dos usuários e trabalhadores na garantia dos direitos sociais, o que vem requisitando “aos profissionais de Serviço Social a atuação nos níveis de planejamento, gestão e coordenação de equipes, programas e projetos” (CFESS, 2010, p. 60).
- **Assessoria, qualificação e formação profissional:** as ações desenvolvidas nesse eixo visam o aprimoramento da qualificação profissional, sempre objetivando melhorar a qualidade dos serviços prestados aos usuários. Esse aperfeiçoamento perpassa pela educação permanente dos trabalhadores da área de saúde, da gestão de conselheiros, a formação de estudantes da área de saúde, incluindo também as ações de assessoria. Entendemos que uma das estratégias de aprimoramento da qualificação profissional é a educação permanente, no que diz respeito à reflexão da prática profissional do/a assistente social com o objetivo de qualificar a sua intervenção nos espaços de trabalho.

Convém salientar que, esses quatro eixos envolvem, segundo o CFESS (2010, p.65):

[...] um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais, ressaltando a capacidade propositiva dos profissionais, com ênfase na investigação da realidade, nas ações socioeducativas, nas demandas reais e potenciais, na participação social, na ampliação da atuação profissional, mediando a ação direta com os usuários com as atividades de planejamento, gestão, mobilização e participação social, bem como com as ações voltadas para a assessoria, formação e educação permanente.

E, diante da realidade institucional, a qual envolve toda uma relação conjuntural e estrutural da política nacional e as formas de Governo, podemos verificar como limites à prática profissional de assistentes sociais na área da saúde as marcas do conservadorismo e do (ultra)neoliberalismo no que diz respeito ao conceito de saúde.

Há uma descrença na saúde, enquanto política pública universal, além da necessidade de construção de um saber médico específico, na autorrepresentação de assistentes sociais enquanto sanitaristas ao realizarem a formação em saúde pública, e na intervenção subjetiva denominada de Serviço Social Clínico<sup>1</sup> (CFESS, 2010). Contudo, para que a prática profissional possa constituir-se de forma coerente e articulada com a totalidade social, ela deve levar em consideração o conceito ampliado de saúde, que após o movimento da Reforma Sanitária passa a ser compreendida não apenas enquanto ausência de doença, mas enquanto resultado das relações sociais e condições de vida.

Seguindo essa discussão, no próximo tópico apontaremos as interpretações das atribuições privativas e competências profissionais por parte das assistentes sociais

<sup>1</sup> Consiste em experiências profissionais voltadas às práticas terapêuticas (CFESS, 2008).

inseridas no Complexo Hospitalar Monsenhor Walfredo Gurgel, a partir da análise das determinações objetivas e subjetivas que entrelaçam esse processo na saúde, feitas em nossa pesquisa no ano de 2017, no âmbito da Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

### **3 | O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL EM NATAL/RN: ENTRE A INESPECIFICIDADE PROFISSIONAL E A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL**

Segundo Costa (2000), a inserção de profissionais do Serviço Social nos diversos serviços de saúde é mediatizada pela função social da profissão na sociedade capitalista, e também por um conjunto de necessidades sociais definidas e redefinidas a partir do movimento da história no qual a saúde pública se desenvolveu no Brasil.

Desse modo, o Serviço Social está presente no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel (HMVG) desde a sua fundação. De meados da década de 1970 até os dias atuais, e houve a ampliação do número de assistentes sociais, entretanto, atualmente, naquele momento muitas delas estavam solicitando sua aposentadoria por tempo de serviço e não estava havendo a substituição dessas profissionais. Acreditamos que isso é reflexo da conjuntura histórica atual, de crise econômica, sobretudo no que diz respeito à contrarreforma do Estado, no que diz respeito à precarização dos serviços de saúde.

No que se refere ao atendimento feito pelo Hospital, identificamos que eles são bem diversos, em sua maioria, se destacam os acidentes de trânsito (uma vez que o complexo é referência em atendimento por trauma), em seguida vem o atendimento por agressão física (ferimentos por arma de fogo ou por arma branca), acidentes domésticos (a exemplo de queimaduras), vítimas de Acidente Vascular Cerebral (AVC), entre outros.

Assim, observamos uma gama de demandas que chegam ao setor de Serviço Social, e que para responder essas expressões mais imediatas e fragmentadas da questão social, diariamente, as assistentes sociais utilizam os instrumentais técnico-operativos articulados às outras dimensões (teórica, ética e política) da sua prática profissional.

Durante o processo de estágio vivenciado no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel verifica-se que as principais atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais são: emissão de declarações, encaminhamentos, solicitação de documentos, orientações (sobre previdência social, Seguro DPVAT<sup>2</sup>, benefícios sociais), solicitação de ambulâncias de outros municípios em casos de alta de pacientes, cadastros de acompanhantes, relatórios, pareceres sociais, entrevistas, e principalmente, o preenchimento da ficha social.

O principal instrumento técnico-operativo utilizado na prática profissional do Serviço Social no HMVG é a entrevista, juntamente com a elaboração da ficha social. A ficha social subsidia elementos importantes sobre o paciente, como os dados pessoais (nome, endereço, telefones); socioeconômicos (escolaridade, profissão); assistenciais (benefícios

---

<sup>2</sup> Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres.

sociais); e motivo da sua entrada na instituição. Neste último caso, observamos um maior diálogo do profissional com o paciente e seus familiares mediante a orientação e o acolhimento no momento da visita aos leitos.

Outra atividade importante realizada pelas assistentes sociais é a visita individual ou interdisciplinar aos leitos dos pacientes. Durante essa visita os pacientes recebem orientações sobre seus direitos, é feita a socialização de informações importantes, favorecendo as ações de cunho socioeducativo na instituição.

Com a finalidade de consubstanciar a pesquisa realizada sobre o Complexo Hospitalar Monsenhor Walfredo Gurgel e a atuação do Serviço Social na referida instituição, durante o processo de Estágio Curricular Obrigatório aplicamos questionários com 15 (quinze) assistentes sociais do hospital<sup>3</sup>. Esses questionários continham perguntas a respeito do perfil pessoal, nível de escolaridade, sobre a atuação profissional delas no HMWG, entre outras questões.

Por intermédio da análise dos dados obtidos, percebe-se que o quadro de assistentes sociais no hospital era 100% feminino. Em relação à identidade de gênero, foi identificada uma incompreensão do que seria esse termo, isso sendo confundido com orientação sexual, em seu sentido amoroso, afetivo e sexual. Em relação à faixa etária das entrevistadas, observou-se que 80% tinham mais de 50 (cinquenta) anos, 13% tinham 41 (quarenta e um) a 50 (cinquenta) anos e apenas 7% tinham a faixa etária entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos.

Por conseguinte, através da aplicação desses questionários, indagamos acerca das atribuições privativas, e elas pontuaram as seguintes respostas:

Acolhimento à vítima de violência; acolhimento a situações envolvendo crianças. (Sujeito 5)

Estudo social de caso; encaminhamentos para instituições sociais e referenciar rede estadual e municipal; realizar entrevista social; acolher o usuário. (Sujeito 6)

Acolhimento e orientação dos direitos e deveres dos pacientes e seus familiares/acompanhantes, defesa dos direitos dos referidos. (Sujeito 12)

Algumas das profissionais pesquisadas relacionaram as atribuições privativas aos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social, como por exemplo, o estudo social e a entrevista social. Sendo que a entrevista e o estudo de uma situação por si só não consistem em atribuições privativas do/a assistente social, são instrumentos técnicos genéricos, mas quando se tem o quesito social reflete no direcionamento teórico-político privativo da profissão.

A maior parte das respostas apresentadas pode ser comparada ao que está disposto no artigo 4º da Lei que regulamenta a profissão referente às competências do/a assistente

---

<sup>3</sup> Esses questionários fizeram parte do projeto de intervenção realizado durante o período de estágio obrigatório (2016-2017), juntamente com outros estudantes. O projeto tinha por objetivo discutir a identidade profissional das assistentes sociais do Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel.

social, dentre os quais destacamos os seguintes incisos:

III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CFESS, 2012, p. 44 e 45).

Essa confusão em relação à diferenciação do que é atribuição e do que é competência do/a assistente social pode decorrer de alguns aspectos: um deles, é que ainda havia certa indefinição do papel do/a assistente social no Complexo Hospitalar, o que levava o/a profissional do Serviço Social a assumir demandas que por vezes não eram de sua atribuição. Em vista disso, acabavam realizando e até mesmo naturalizando algumas ações desenvolvidas na esfera da saúde como se fossem atribuição ou competência apenas do/a assistente social. Temos como exemplo as respostas dos sujeitos (7, 10, 11 e 14) que classificaram a entrega de declaração de óbito como atribuição privativa do Serviço Social.

Assim, com base nas nossas observações registradas no diário de campo durante o período do estágio ficou nítido que o Serviço Social ainda era considerado uma profissão subalterna pelas outras profissões, por não lidar diretamente com a saúde, em relação às práticas curativas anteriores ao conceito ampliado de saúde, como um médico e/ou enfermeiro lida.

Outro ponto importante revelado durante a pesquisa foi em relação à quais atividades são exercidas pelas assistentes sociais, mas que elas julgavam que não deveriam exercer: 90% delas ressaltaram ser a entrega da Declaração de Óbito; o encaminhamento de exames de alta complexidade; e a comunicação de alta não assistida. Eram atividades que as profissionais do Serviço Social lutavam para que não seja exclusivamente responsabilidade da categoria. Assim sendo, elas reconheciam não serem atribuições privativas do Serviço Social:

Guardar Declarações de óbito e entregar na enfermagem; responsabilidade em anexar documentos dos pacientes as solicitações dos exames e entregar a Central de Marcação de Exames (atribuição burocrática que deveria ser suprida por uma secretária). (Sujeito 3)

Guarda de declaração de óbito; comunicação de alta não assistida; resolução individual dos casos sem a integração da equipe (psicologia, enfermagem, médico). (Sujeito 6)

Guarda e entrega de declaração de óbito à enfermagem; fazer declaração de atendimento realizado pelo médico; entrega de solicitação de exames na Central de Exames. (Sujeito 10).

Embora não sejam atribuições privativas, observamos que elas continuam a realizar tais funções dentro da instituição, já que as correlações de forças presentes no Complexo Hospitalar, em tempos de redução do Estado, corte de recursos na área da saúde,

precarização do trabalho, por exemplo, têm contribuído para que tais requisições cheguem ao Serviço Social, e elas assumam tais responsabilidades.

Como resultante dessa situação, pudemos observar algumas tensões e conflitos entre o Serviço Social e os demais profissionais que atuam nesses setores. Essa correlação de forças também pode ser percebida no que se refere às normas do hospital, as quais muitas vezes colocam em xeque a autonomia relativa da profissão, que acaba reproduzindo essas normas e geralmente vão de encontro aos valores defendidos pela profissão.

Em relação à notificação do óbito, as assistentes sociais do Walfredo Gurgel durante a Semana de Serviço Social, realizada em 2016, teceram algumas reflexões acerca dessa questão, enfatizando que até poderia ser viável a realização tanto da notificação do óbito quanto a alta assistida, desde que estejam presentes outros membros da equipe hospitalar (médicos e/ou enfermeiros), numa ação multidisciplinar. Essa reflexão da equipe de Serviço Social circunscreveu um momento de força e resistência da equipe em defesa das suas atribuições e competências profissionais.

Quanto à questão dos principais desafios cotidianos com outros profissionais, foi consenso entre as respostas das assistentes sociais: a garantia do reconhecimento de suas atribuições privativas e competências pelos outros profissionais; a garantia da efetividade do trabalho em equipe; e a propagação da cultura de acolhimento entre os profissionais que integram a equipe de saúde.

Ao analisarmos a trajetória sócio-histórica do Serviço Social, observamos que muitas vezes ele esteve diante das outras profissões assumindo traços de subalternidade, sendo uma profissão por muito tempo associada a uma imagem de caridade e benemerência. Além é claro, da correlação de forças presente nos espaços de trabalho multiprofissional que, a depender, acaba interferindo negativamente na realização do trabalho em equipe.

Sobre essas dificuldades enfrentadas pelas profissionais do Serviço Social, os Parâmetros apontam que o trabalho em equipe deve ser refletido e as atribuições privativas dos/as assistentes sociais precisam ficar nítidas para os/as outros/as profissionais da equipe de saúde, para que disponham da interdisciplinaridade como meta de trabalho a ser defendida na esfera da saúde (CFESS, 2010). Já que o/a assistente social possui conhecimentos que lhe permite analisar as condições de vida e necessidades dos usuários dos serviços de saúde para além daquela prioridade mais imediata, levando em consideração outras dimensões da vida social, onde sua intervenção pode se efetivar, também, através da orientação. Sendo assim, “o profissional de Serviço Social pode ser um interlocutor entre os usuários e a equipe de saúde com relação aos determinantes sociais [...]” (CFESS, 2010, p. 49).

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a partir das transformações históricas ocorridas no âmbito da sociedade capitalista



que o Serviço Social vai se consolidando como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Sabe-se, dessa forma, que é no seio desse movimento do real que vão se desvelando os limites e as possibilidades de intervenção profissional do/a assistente social nos espaços sócio-ocupacionais na área da saúde.

Sendo assim, para qualificar o exercício profissional fez-se necessário a análise e a apropriação das dinâmicas desses espaços de trabalho pelos/as assistentes sociais – nesse estudo, com enfoque na área da saúde, a partir de uma leitura crítica da realidade, visando assim articular elementos teóricos, éticos e políticos que objetivem a viabilidade de efetivação do Projeto Ético-Político da profissão no cotidiano do trabalho.

Assim, em nossos resultados podemos observar que historicamente o/a assistente social ainda vem sendo reconhecido pelas instituições empregadoras como o profissional executor das políticas sociais. E que diante da complexidade do cotidiano do Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel é difícil sistematizar o trabalho desenvolvido e ultrapassar as demandas mais imediatas dessa realidade.

Então, ponderamos que é imprescindível analisar as especificidades profissionais – atribuições e competências do Serviço Social na saúde – a fim de estimular que as assistentes sociais se aproximem dos normativos profissionais (Lei 8.662/93, Código de Ética, resoluções, Parâmetros Para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde) e reconheçam qual o papel do/a assistente social no ambiente hospitalar para terem respaldo jurídico para confrontar o que é de sua atribuição ou não.

Outro aspecto fundamental, é que as profissionais compreendam de forma objetiva a diferença entre atribuições privativas e competências profissionais, para que não confundam suas prerrogativas profissionais com os instrumentais técnico-operativos realizados no hospital, já que é evidente que essas profissionais identificam as atividades que não deveriam realizar, mas acabam realizando devido às exigências institucionais, no entanto, não reconhecem quais atribuições privativas competem ao cargo de assistente social.

Sobre a apreensão do Projeto Ético-Político do Serviço Social, ressaltamos a importância de o/a assistente social compreendê-lo em sua totalidade e buscar promover a sua materialidade nesse espaço sócio-ocupacional. Sabemos que essa articulação não se estabelece de forma linear, considerando a própria conjuntura, os conflitos de classes, a correlação de forças e as exigências institucionais redimensionadas pelo projeto neoliberal.

Por fim, valendo-se das considerações feitas até aqui, consideramos que o presente estudo é resultado da nossa aproximação com a realidade vivenciada na saúde, sobretudo, no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel. E que esses resultados demarcam um momento histórico adverso, já que vivemos tempos de desmonte dos direitos sociais e seus rebatimentos na vida dos usuários, refletindo na intervenção profissional do/a assistente social.

Salientamos, ainda, que não buscamos aqui esgotar essa discussão, mas sim,

contribuir com tal debate, tecendo reflexões sobre essa temática, a fim de fomentar nas equipes de Serviço Social dos hospitais a ampliação da discussão sobre alguns dos desafios enfrentados pela categoria no âmbito da saúde e as eventuais mediações para tornar possível a articulação do exercício profissional condizente com uma instrumentalidade própria do Projeto Ético-Político.

## REFERÊNCIAS

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_POL-EDUCACAO PERMANENTE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO%20PERMANENTE.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atuacao\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf)> Acesso em: 10 out. 2017.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Práticas Terapêuticas no Âmbito do Serviço Social: Subsídios para Aprofundamento do Estudo**. Brasília. 2008. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/praticasterapeuticas.pdf>> Acesso em: 2 nov. 2017.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais In.: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 62, 2000.

GUERRA, Yolanda. (orgs) **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2013.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Capacitação em Serviço Social e política social, v. 4, Brasília: CFESS/ABEPSS-UNB, 2000.

GUERRA, Yolanda. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade In.: **Atribuições Privativas do/a Assistente Social: em questão**. Brasília: CFESS, 2012.

MATOS, M. C. Considerações sobre as atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade In.: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, Out./Dez. 2015. n. 124.

TERRA, S. H. **Parecer Jurídico nº 27/1998**. Assunto: Análise das competências do Assistente Social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo art. 59 da Lei 8.662/93, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional. Disponível em: < <http://www.cress-es.org.br/site/images/parecer%20cfess%20-%2027-98.pdf>>. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita *et al.* O significado sócio-histórico da profissão In. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

# O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): NUANCES NO ÂMBITO DA INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL

Data de submissão: 12/08/2024

Data de aceite: 01/11/2024

**Jodeyson Islony de Lima Sobrinho**

<http://lattes.cnpq.br/7819108340566107>

**Gabriel da Veiga**

<http://lattes.cnpq.br/6320342723559643>

**RESUMO:** As condições econômicas, políticas e sociais (re)dimensionam as relações de trabalho e determinam (in) diretamente os espaços sócio-ocupacionais dos/as Assistentes Sociais, dentre eles, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), com mediações e nuances próprias no âmbito da instrumentalidade profissional, a qual, quando não enraizada na racionalidade crítico-dialética, é subsumida pelas diretrizes e ideologias institucionais, em suas racionalidades subjacentes: a instrumental e a abstrata-formal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Trabalho Profissional; Centro de Referência da Assistência Social; Instrumentalidade do Serviço Social.

THE WORK OF THE SOCIAL WORKER IN THE SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTER (CRAS): NUANCES WITHIN THE SCOPE OF PROFESSIONAL INSTRUMENTALITY

**ABSTRACT:** Economic, political and social conditions (re)size work relations and (in) directly determine the socio-occupational spaces of Social Workers, among them, the Social Assistance Reference Center (CRAS), with mediations and nuances within the scope of professional instrumentality, which, when not rooted in critical-dialectic rationality, is subsumed by institutional guidelines and ideologies, in their underlying rationalities: instrumental and abstract-formal.

**KEYWORDS:** Social Work; Professional Work; Social Assistance Policy; unfinancing; Social Assistance Reference Center.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo é, em primeira instância, fruto dos resultados da pesquisa realizada no âmbito da graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus*

de Francisco Beltrão, o qual objetivou analisar o trabalho profissional do/a Assistente Social no âmbito dos CRAS's em tempos de desfinanciamento da Política de Assistência Social nos Governos ultraneoliberais de Michel Temer e Jair Bolsonaro, e, em segunda instância, é uma ampliação dessa discussão realizada pelos autores abarcando as nuances que envolvem a instrumentalidade profissional do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional no tempo presente.

Historicamente, a Política Nacional de Assistência Social vem se constituindo através de diversas legislações que organizam e estruturam sua execução, é regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) em 2005, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) em 2006, e diversas outras.

A Política de Assistência Social representa um importante espaço de atuação dos/as Assistentes Sociais, possibilitando sua inserção desde o planejamento, gestão, implementação e avaliação, até a execução dos serviços ofertados pelo SUAS, demandando dos/as profissionais competências e atribuições próprias, as quais se constituem nas bases estruturantes da instrumentalidade profissional nesse espaço, pela qual se mobiliza os fundamentos teóricos, técnicos, ético-políticos e as mediações necessárias no contexto da intervenção sócio-profissional.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) instrui em termos normativos, a melhoria das condições de trabalho e estabelece a composição de uma equipe de referência nos diversos equipamentos a modo de garantir a demanda nesses espaços de trabalho.

Assim sendo, pensar a realidade quem envolve a questão dos Recursos Humanos no SUAS na contemporaneidade, torna-se preponderante a identificação dos seguintes dados presentes no Censo SUAS 2021<sup>1</sup>: dos 111.640 trabalhadores/as que atuam nos CRAS de todo o território nacional, somente 30,3% são servidores estatutários e 4,9% são empregados públicos (CLT), em comparação à 55,1% de trabalhadores/as com vínculos não permanentes e 9,8% em cargos comissionados. Deste montante, destacamos que 21.594 (19,3%) são Assistentes Sociais (BRASIL, 2021). A partir desses dados, podemos observar o quanto os vínculos de trabalho estão sendo fragilizados, inclusive dos/as Assistentes Sociais, profissionais referências nos equipamentos que compõe essa política, tendo em vista que tal realidade é um elemento que entra em contradição com os princípios e valores constantes no projeto ético-político profissional (BRASIL, 2021).

Essa precarização não se restringe somente aos vínculos empregatícios, inúmeros agravantes condicionam essa realidade como as inseguranças que permeiam o ambiente de trabalho, a falta de uma capacitação permanente e continuada dos/as profissionais ao mesmo tempo em que se percebe uma cobrança maior de produtividade frente às condições

---

<sup>1</sup> Senso utilizado na coleta dos dados na pesquisa realizada para a construção do TCC.

éticas e técnicas do trabalho, além da baixa remuneração, questões que tendem a influir na racionalidade acessada pelos/as profissionais nas suas intervenções, e como eles/as as direcionam na construção da instrumentalidade, vivendo-se um movimento contínuo de embate direto entre uma instrumentalidade que se aquiesce no projeto ético-político e uma instrumentalidade que se limite às diretrizes institucionais, própria de um trabalho tecnicista, pragmático, imediatista, superficial, que se estabelece no nível do cotidiano (Heller, 2004).

## **2 | O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS) NA CONTEMPORANEIDADE: O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO E SEUS LIMITES ESTRUTURAIS**

Com a aprovação da Lei 8.742, também conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, se amplia de fato as possibilidades da proteção social e da política de Assistência Social como política pública. No entanto, há um cenário ainda defasado com programas segmentados, repasses de recursos irregulares, ausência de serviços efetivos e descumprimento com o financiamento de políticas de Assistência Social.

Essa lei estabelece que o objetivo da Assistência Social é evidenciar aos cidadãos os seus direitos. A LOAS desenvolve uma nova matriz para a política de Assistência Social, incluindo-a em um modelo de “bem-estar social brasileiro”, na qual a Constituição Federal preconiza e assegura, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. A incorporação da Assistência Social na Seguridade Social também aponta para o seu papel como política de proteção social, que está vinculada a outras normativas e políticas sociais que visam garantir a proteção dos direitos humanos e das condições de vida.

Como resultado, a Assistência Social se caracteriza como possibilidade de um reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários, bem como um espaço para a ampliação de seu protagonismo. No compromisso de romper com a lógica do assistencialismo, tecnicismo e da própria fragmentação das ações profissionais, promovendo o acesso a programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais, em 2005 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é criado.

A implementação e instituição como lei em 2011 do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se dá meio a um processo de integralização da Política de Assistência Social, em um momento em que a Constituição reconhece que a Assistência Social é dever do Estado e não mais política isolada e complementar (Brasil, 2013).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um aparelho público que organiza os serviços socioassistenciais de forma descentralizada do Brasil. Possui uma gestão participativa que permite a arrecadação de recursos nas três esferas de governo para a implementação e financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). É seu trabalho regular e organizar as atividades de assistência social em todo o país, com

um sistema de gestão descentralizado e participativo, onde oferece serviços, programas, projetos e benefícios ao público em geral, além de priorizar o atendimento às famílias, seus membros e indivíduos (Brasil, 2013).

Essa estrutura está diretamente ligada à Norma Operacional Básica (NOB) que em 1997 é editada a sua primeira versão conceituando um sistema descentralizado e participativo. No ano seguinte, em 1998, a NOB é reformulada no intuito de diferenciar serviços, programas e projetos além de ampliar as atribuições dos Conselhos de Assistência Social e criar espaços de negociação e participação coletiva. Em 2005 e 2006 a norma passa por um detalhamento sobre os financiamentos e critérios acerca dos recursos destinados à Política, dispõe além de competências e procedimentos para composição dos Conselhos de Assistência Social a própria gestão do trabalho dentro do SUAS (Brasil, 2013).

Para além dessas questões de ordem legal e operacional da Política Nacional de Assistência Social, como espaço de maior inserção dos/as Assistentes Sociais no Brasil, é preciso entender que o processo de inserção dos/as Assistentes Sociais no mercado de trabalho é um componente importante para a compreensão dessa categoria profissional, tendo em vista a divisão sociotécnica do trabalho. Assim sendo, esses/as profissionais interferem no processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista. Nesse processo, Yazbek (2009) aponta que há uma contradição, sendo que o Serviço Social, por um lado, atende ao mesmo tempo aos interesses do capital por meio de condições favoráveis para a reprodução da lógica do trabalho, e, por outro lado, responde também às necessidades de reprodução da classe que vive deste trabalho, por meio da venda de sua força.

Inserido nessa lógica, a categoria profissional também se reconhece como trabalhadores/as assalariado/as, e essa condição imputam ao profissional o desafio em mediar o compromisso ético-político presente na instrumentalidade profissional de novo tipo, para com os interesses institucionais.

Nesse sentido, Iamamoto (2012) pontua que, o trabalho produzido pelos/as Assistentes Sociais é também condicionado por agentes externos e pelas condições colocadas em determinado contexto, os quais tendem a determinar a maneira de intervenção do/a profissional, uma vez que seu trabalho não é desenvolvido de forma absolutamente livre e dotado de autonomia, já que não são dispostos todos os recursos e instrumentos essenciais para a realização da sua prática além de que, o desenvolvimento desse trabalho é atravessado por relações de poder visíveis nos mais distintos espaços de atuação.

À medida que se estendeu a crise econômica de 1970, percebe-se um reordenamento fundamentalmente do modelo capitalista de produção na busca de resgatar os altos níveis de produtividade e reconstituindo as altas taxas de lucratividade dos mercados, o que promoveu múltiplas transformações no mundo do trabalho, seja por meio da utilização de novas tecnologias, pela introdução de técnicas de produção mais rentáveis e por uma maior racionalização dos custos de produção, realizando uma legítima flexibilização das

relações de trabalho (Antunes, 2005).

Houve também uma mudança na estrutura política e ideológica que aproximou representantes de organizações estrangeiras para deliberar reformas econômicas que colocou em jogo a autonomia do Estado, limitando sua atuação através de inúmeras privatizações e normativas que reduzissem os direitos sociais.

Os países considerados de capitalismo central, juntamente com organizações financeiras internacionais que fazem o cofinanciamento das políticas sociais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), debatiam a procedência de reformas econômicas nos países da América Latina (de capitalismo dependente), resultando na criação de normativas a serem seguidas, denominado de *Consenso de Washington*. São introduzidas na lógica desse sistema, alternativas que pudessem romper com a autonomia e intervenção do Estado a modo de favorecer empresas privadas e o alto rendimento, com mais precarização ao trabalho da classe trabalhadora, retirada de direitos, e reorganização da produção, o que ficou conhecido como reestruturação produtiva (Castilho; Lemos; Gomes, 2017).

Esse modelo de organização do trabalho somada às políticas ultraneoliberais, impactou negativamente as condições de vida dos/as trabalhadores/as, uma vez que amplificou as taxas de desemprego, reduziu os postos de trabalhos não-qualificados em detrimento da precarização das relações de trabalho, além da redução de salários em decorrência do aumento da mão de obra desvalorizada e de empregos intermitentes, temporários, terceirizados e de diversos trabalhos sem o mínimo de direitos.

As profissões são recrutadas pelo mercado de trabalho que as requisitam, passam a ocupar lugares específicos na divisão sociotécnica do trabalho, bem como na divisão sexual e étnico-racial. O/a trabalhador/a está diante de um novo e precário mundo do trabalho, com a explosão do desemprego estrutural em escala global e aumento da taxa de informalidade. Essa nova forma de trabalho assalariado atinge tanto a materialidade quanto as formas de subjetivação do trabalho na consciência dos/ as trabalhadores/as, e têm impactos profundos na dinâmica das relações singular, política e na afirmação de identidades coletivas (Lima Sobrinho, 2024, p.11).

É necessário apreender esse contexto, pois se tem apresentado elementos que rebatem diretamente no trabalho do/a Assistente Social, que dispõe da sua força de trabalho, assim como qualquer trabalhador assalariado, como meio de garantia da própria reprodução, uma vez que essa condição impõe limites ao processo de autonomia profissional e na construção de respostas profissionais condizentes com uma prática crítica que reflita os princípios e valores do projeto ético-político.

O dia a dia do trabalho do/a Assistente Social é atravessado por problemas que se encontram interlaçados com os dilemas vividos pelos outros trabalhadores assalariados, por sofrerem com o sucateamento e retrocessos aos direitos conquistados em um cenário de reconfiguração do capital. Uma vez que as relações de trabalho dos profissionais

são diretamente condicionadas por conjunturas sócio-históricas e agentes externos, no seu cotidiano são apresentadas demandas que norteiam as necessidades da população usuária e que exigem uma análise da realidade com respostas qualificadas.

Nesse contexto, o que se nota é a intensificação da precarização do trabalho profissional, expressa mais diretamente no rebaixamento salarial; na degradação de toda e qualquer forma de garantia legal em torno dos direitos do trabalho; na ampliação da jornada diante de condições deletérias de trabalho, dentre outras mediações que contribuem para a "captura" da subjetividade das assistentes sociais (Lima Sobrinho, 2024, p. 12).

Diante dessas condições estruturais que determina a realidade profissional, se percebem uma nova roupagem nas demandas que surgem ao Assistente Social, perpassando pelas novas expressões da questão social como também nas novas formas de trabalho presente em seu cotidiano, com as precarizações por meio de contratos temporários, terceirizações, baixa remuneração, instabilidade no vínculo empregatício, além de condições físicas e materiais precárias para a realização do seu objeto de trabalho.

Os serviços e as instituições organizados pelo Estado também são impactados por essa lógica, e como espaço privilegiado de atuação profissional de assistentes sociais são incorporados pelos processos de privatização e mercantilização, como nicho de hipervalorização do capital em tempos ultraneoliberais. Por isso, a organização do trabalho no campo desses serviços também está acometida pelo espírito da gestão toyotista e flexível, não se distanciando de como tem se dado o trabalho na esfera da produção capitalista (Lima Sobrinho, 2024, p. 13).

Situação agravada devido à redução significativa dos investimentos que o Governo Federal veio tendo com a Assistência Social nesses últimos, já que a promulgação da Emenda Constitucional 95, em 2016, no Governo Temer (2016-2018, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro-MDB), congelou os investimentos públicos e passou a corrigi-los somente com os índices inflacionários, condicionou essa redução dos recursos destinados à proteção social no país. Percebe-se ainda um crescimento das despesas públicas obrigatórias, mas ao mesmo tempo um gasto menor da União para com as políticas discricionárias, aquelas sobre as quais o governo pode definir como e quanto gastar, como o caso da Política de Assistência Social que têm sofrido reduções orçamentárias.

A pobreza, por conseguinte, triplicou nesse período, atingindo mais de 27 milhões de pessoas que passam a viver abaixo da linha de pobreza, cerca de 12,8% de toda a população brasileira. A pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgada pela CNN Brasil (2021), revelou que também muitas famílias sobrevivem com um valor de aproximadamente R\$ 246,00 no mês, em um momento em que os índices de inflação estão altíssimos. A ausência de políticas públicas que facilitem o acesso à renda somado ao elevado nível de desemprego direciona a um cenário de pobreza no Brasil jamais vistos desde os últimos dez anos.

Além do mais, esses dados apontam o ressurgimento da pobreza no Brasil, n'um



contexto que foi marcado por um **projeto ultraneoliberal**, conservador e autoritário, desestruturando os direitos trabalhistas e sociais fragilizando o sistema de proteção social. A somatória de todos esses índices representa um escancarado agravamento da questão social no país. Os impactos advindos dessa crise refletem diretamente no quadro de desigualdade social, direcionando à população dificuldades quanto a sua própria sobrevivência.

[...] ultraneoliberalismo, o que se funda no trinômio: 1. Aprofundamento violento da exploração do trabalho, diga-se, da precarização e “captura” da subjetividade do/a trabalhador/a; 2. Expansão da apropriação do fundo público pelo capital financeiro; 3. Privatização e expropriação de bens comuns e estatais que ainda existem. [...] o processo de ultraneoliberalização no Brasil se dá sob os auspícios de um governo neofacista, que mobiliza o medo, que mobiliza os ressentimentos dentro da própria classe trabalhadora, e mobiliza ainda os piores sentidos da formação sóciohistórica do Brasil: racista, misógina, xenófoba, machista, LGBTfóbica, ou seja, é o neoliberalismo se aprofundando sem nenhuma mediação progressista sobre nada (Lima Sobrinho; Veiga, 2024, p. 14)

Para tanto, no que tange a esfera da Política de Assistência Social, percebe-se que esse desfinanciamento comprometeu a capacidade dos profissionais de responderem às demandas e necessidades que assolam a população mais vulnerável. Entende-se que as contradições encontradas na política não serão solucionadas nas particularidades de uma sociedade capitalista. Porém, ela assume uma importância significativa para garantir os mínimos sociais àqueles que se encontra em situações de subalternização, sendo, portanto, um elemento indispensável para a superação das desigualdades sociais e pela busca da emancipação desses sujeitos, o que valida à defesa intransigente desse sistema de proteção, diante um cenário que devastou e fragmentou mais ainda os serviços públicos.

É foi em meio a esse cenário econômico, político, social e de crise sanitária recente no Brasil, que no âmbito das políticas sociais retornaram, e ainda estão muito vivas, as práticas de cunho clientelistas e conservadoras, com o avanço da terceirização e total precarização de mão de obra, com a limitação do financiamento, caracterizando um verdadeiro desmonte dos direitos sociais.

A fragilização das condições de trabalho dos/as profissionais que atuam na política de Assistência Social reflete diretamente no cotidiano e no vínculo com os/as usuários/as, uma vez que a necessidade de intervenção das múltiplas demandas é muito requisitada, encontrando limitadores colocados frente à realidade social e limitadores institucionais.

E o/a Assistente Social se insere neste lugar da relação entre o Estado e a sociedade, participando tanto processo de reprodução dos interesses do Estado e da preservação da ordem vigente, quando de responder às necessidades da classe trabalhadora. Assim sendo, no próximo tópico abordaremos mais especificamente a instrumentalidade profissional dos/as Assistentes Sociais nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS's), apontando alguns dos limites postos recentemente e as possibilidades abarcadas no

âmbito da cultura profissional crítica.

### **3 | A INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS'S: ENTRE OS LIMITES ESTRUTURAIS E AS POSSIBILIDADES DA CULTURA PROFISSIONAL CRÍTICA**

Entende-se diante desse contexto, a importância de a categoria ter uma concepção crítica das competências profissionais para a sua intervenção e total nitidez das suas bases de atuação à luz do projeto ético-político profissional, a modo que exerça a criticidade nas relações e condições de trabalho do seu cotidiano profissional. O conhecimento, a aproximação com as bases da profissão e a constante especialização, possibilita ao profissional romper e superar as práticas assistencialistas, filantrópicas e paternalistas, próprias da instrumentalidade embebida na racionalidade formal-abstrata e instrumental, assumindo o compromisso da categoria profissional da luta intransigente dos direitos dos/as usuários/as neste espaço sócio-ocupacional. Apesar das dificuldades existentes no campo de trabalho, é essencial combatê-las para a realização de ações profissionais crítica e propositivas, as quais busquem as melhores condições para a materialidade do trabalho profissional.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004), os serviços, programas, projetos e benefícios desenvolvidos para a proteção social básica devem ser articulados com outras políticas locais e redes socioassistenciais para garantir a integralidade do cuidado às famílias e aos indivíduos. Os serviços da proteção social básica são executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (Brasil, 2009).

O CRAS, enquanto equipamento público estatal estratégico deve, assim, garantir a gratuidade, a continuidade dos serviços e o investimento permanente. [...]. O CRAS deve prestar serviços, potencializando as mudanças significativas para a população, com vistas a mudar suas condições de vida (Brasil, 2011, p.148).

Para que as ações e articulações voltadas à sociedade sejam eficazes e transformadoras, a PNAS (2004) adota a noção de territorialização como eixo organizacional, devido ao elevado grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial. Em vista disso, “[...] os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputa, contradições e conflitos, de expectativas e sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos” (Brasil, 2008, p. 53). Sendo assim, “CRAS tem que ser entendido enquanto lugar estratégico de articulação no território” (Braga, 2011, p.150).

A territorialização refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território (Brasil, 2009, p.13).

Como equipamento considerado a porta de entrada da Assistência Social, o CRAS tem a responsabilidade de ser um dos instrumentos de proteção social das famílias dentro do território. É importante ressaltar que na política pública de Assistência Social é ele quem tem essa responsabilidade, sem esquecer que no âmbito das demais políticas públicas, principalmente as de seguridade social, devem existir ações e serviços que visem garantir a proteção social a nível básico e também especializado.

Este centro, por possuir caráter descentralizado, referindo-se também às equipes volantes (equipe técnica formada pelos profissionais dos CRAS que se deslocam até as localidades rurais ou de difícil acesso), que atendem aos assentamentos, aldeias e fazendas, tem caminhado cada vez mais para a democratização de acesso e o alcance do Estado às famílias que antes permaneciam à margem dos atendimentos, programas e serviços.

O/A Assistente Social é um/a profissional que tem um papel fundamental no desenvolvimento das ações no CRAS. Seu trabalho dentro da instituição se dá, dentre outras ações, por intervenções junto às famílias e comunidades por meio das competências e atribuições próprias do Serviço Social, no processo de viabilizar o acesso a um conjunto de programas, projetos e serviços próprios dessa política, tendo esse profissional, a capacidade de atender aos objetivos propostos por essa política e a relação com o que está construído no projeto ético-político da categoria profissional, em seus instrumentos legais normativos, a exemplo das atribuições e competências delimitadas na Lei de Regulamentação Profissional 8.662/93. Ainda faz parte do trabalho profissional, observar os princípios que orientam a atuação profissional previstos na NOB/RH/SUAS (BRASIL, 2006, p. 17), e buscar a mediação deles com os princípios e valores constantes no projeto ético-político profissional, os quais são:

A defesa intransigente dos direitos sócioassistenciais; compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de vínculos ou laços familiares e sociais; promoção aos usuários do acesso a informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende; proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade, opção e resgatando sua história de vida; o compromisso em garantir atenção profissional direcionada para a construção de projetos pessoais e sociais para a autonomia e sustentabilidade; reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda, e a programas de

oportunidades para inserção profissional e social, dentre outros.

Assim sendo, podemos afirmar que o trabalho do/a Assistente Social dentro do CRAS passa pelo planejamento com a equipe de referência para orientarem sobre a execução dos serviços e as ações, a partir da tipificação nacional dos serviços sócioassistenciais, a exemplo da busca ativa, grupos de famílias, atendimento individualizado, encaminhamento, estudo social e estudo de caso, dentre outros, ao tempo em que deve se referenciar no projeto ético-político profissional.

O que nos leva a pensar a construção da própria instrumentalidade profissional nesse espaço, tendo em vista que ela não é estanque nem isenta de mediações sócio-históricas da profissão e da instituição, cabendo ao profissional sua vinculação à determinadas formas de trabalho. A Instrumentalidade será sempre orientada pela consciência do sujeito, por uma determinada racionalidade como modo de ser, de pensar e agir sobre uma determinada realidade. “Só o trabalho atribui instrumentalidade aos meios e instrumentos que o sujeito julga como os mais adequados aos fins propostos, donde a necessidade da ciência dos fins e do conhecimento dos meios” (Guerra, 2014, p. 25).

Sob esse prisma, a instrumentalidade que se vincula à cultura crítica profissional é aquela que estar pautada na:

[...] razão ontológica, crítica e dialética que deve iluminar as decisões e escolhas possíveis no momento. Foi a análise crítico-dialética que permitiu captar a instrumentalidade nas suas possibilidades, no seu vir a ser, ou seja, como mediação, conduto por onde passam as teorias, os valores, princípios que determinam a escolha dos instrumentos, das técnicas, das estratégias e das táticas, contendo a possibilidade de trazer à luz tais componentes do projeto profissional. Assim, falar de instrumentalidade é falar de relação meios e fins, a qual nada concede à suposta neutralidade profissional. Tal escolha nem é aleatória nem é somente subjetiva, mas uma escolha de um sujeito historicamente situado que analisa a realidade a partir das condições causais nas quais ele se encontra. E decide, escolhe, se posiciona e se compromete. Com afirma Chauri, fins éticos exigem meios éticos. Assim, as diversas instrumentalidades estão orientadas por diversos projetos de profissão (Guerra, 2014, p. 37-38).

Partindo dessa compreensão, e tendo uma análise crítico-dialética da realidade que compõe as nuances da Política de Assistência Social, mas específico, sobre o trabalho profissional dos/as Assistentes Sociais no CRAS, é dado que esse trabalho se pauta na articulação com outros profissionais que compõe a política, na intervenção frente às demandas do território de cobertura do equipamento, no sentido de superar as situações de riscos e de vulnerabilidades socioeconômicas, se empenhando em viabilizar o acesso aos direitos dos usuários. Aos Assistentes Sociais cabe acompanhar as famílias, realizar articulações com a rede socioassistencial e executar os encaminhamentos necessários, tendo como referência o projeto ético-político, na busca de “identificar, analisar e compreender as demandas presentes na sociedade e formular respostas às mesmas para

enfrentar as diversas expressões da questão social” (CFESS, 2011, p. 19).

Dentre os serviços da Proteção Básica da Assistência Social podemos destacar a oferta de um conjunto de serviços que visam à convivência, a socialização, e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, bem como a promoção dos usuários ao mercado de trabalho, sendo: Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF); Programa de Inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; Centros de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

Assim sendo, no que refere à instrumentalidade profissional dos/as Assistentes Sociais no CRAS, é preciso que a/o profissional em primeiro lugar, faça uma análise institucional, buscando apreender a correlação de forças presente neste espaço, a racionalidade da instituição e com qual é a racionalidade que a/o profissional adotará no processo de responder, que teorias serão acionadas, que valores estarão presentes nas suas escolhas durante os processos de trabalho, buscando assim dar respostas aos “o que, porque, para que, quando, onde, com que meios e como fazer” (Guerra, 2014, p. 38).

Assim sendo, a dimensão técnico-operativa, que é a porta de entrada à profissão, a/o profissional tem uma necessidade ontológico-social para se utilizar de instrumentos e técnicas que atendam as necessidades da realidade demandada, visto que cada demanda apresenta diferentes realidades, observando se a objetivação desses instrumentos se conformam em controle por parte do/a profissional frente ao usuário, ou se possibilitam a viabilização ao acesso dos direitos, alargando-os sempre que forem possíveis.

A visita domiciliar, a entrevista, as reuniões de grupo, acompanhamentos individuais e coletivos, a averiguação das condicionalidades do BPC, do PBF e demais programas e serviços de transferência de renda, como forma cada vez mais intensa, tem sido tratada como uma “atividade” atrelada ao atingimento de metas de produtividade, com uma intencionalidade obscura, onde impera o quesito quantitativo em detrimento do qualitativo?

A instrumentalidade, como mediação, converge para a materialização dialética das três dimensões que constituem a formação e o trabalho profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Isso gera a capacidade de compor um fazer profissional mais crítico e propositivo, ou mesmo um “vir a ser” (Guerra, 2016, p. 301), que demanda essa relação.

A visita domiciliar em paralelo com uma escuta qualificada são as ferramentas mais importantes desse processo de apreensão e investigação de riscos e vulnerabilidades sociais no território. Em sintonia com a definição de Amaro (2003, p. 13), entende-se que “[...] a visita domiciliar é uma prática profissional, investigativa ou de atendimento realizada

por um ou mais profissionais junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar”, a qual não pode ser, de forma alguma, ter conotações policialescas ou mesmo de invasão do espaço domiciliar, como algo meramente institucional e invasiva.

Já a entrevista é um dos instrumentos que possibilita aos assistentes sociais a tomada de consciência das relações e interações estabelecidas entre a realidade e os sujeitos atendidos, sejam eles individuais ou coletivos. Medina (2004) refere-se à entrevista como “um momento épico, único e especial, de encontro entre sujeitos, no qual se faz presente o embate democrático e saudável de ideias, trajetórias e singularidades”. Quando vivida de fato, e não apenas cumprida, a entrevista pode se transformar em um intenso momento de proliferação de análises, reflexões e experiências de vida, do qual todos os envolvidos sairão transformados pelo intercâmbio, pelos embates e interfaces ocorridas durante o processo.

Nessa perspectiva, a entrevista é capaz de produzir confrontos de conhecimentos e informações que, pouco depois, irão, de maneira sistematizada e inteligível, fomentar a construção da sociedade. A importância da entrevista e de sua condução é destacada com pressupostos, habilidades e por um marco teórico para a qualificação do seu desenvolvimento. Essa exposição introduz a importância da entrevista, que pode ser considerada uma atividade profissional com objetivos a serem alcançados, colocando frente a frente uma ou mais pessoas que estabelecem uma relação profissional através de suas histórias.

A importância de instrumentais técnicos-operativos fornece aos profissionais ferramentas necessárias para a realização da intervenção de forma prática e competente. Uma vez que estes permitem planejar e organizar suas ações de forma estruturada, garantindo que as intervenções sejam bem delineadas e direcionadas além de fornecer uma análise socioeconômica mais formidável, sustentada por ferramentas que ajudam na coleta de informações precisas, dada a realidade social dos indivíduos.

A investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais. Compreende o significado social da profissão e lustra seu desenvolvimento histórico, identificando demandas e desvelando potencialidades.

O outrora destacado, o trabalho do/a assistente social é voltado para a intervenção nas diversas manifestações da questão social, objetivando a redução das desigualdades socioeconômicas e fortalecendo a autonomia dos sujeitos, com seu acesso a direitos sociais. Para isso, o/a assistente social deve perpassar durante sua intervenção profissional uma direção ético-política emancipatória. Conhecer e problematizar as condições postas em seu cotidiano e tomar ciência da importância da pesquisa e da investigação no trabalho profissional, uma vez que permite maior aproximação com estratégias coletivas que visam o enfrentamento das mais diferentes expressões da questão social.

Identificar essas expressões e dar o devido direcionamento e acompanhamento é parte essencial do processo de trabalho do/a assistente social nos Centros de Referências

da Assistência Social. A presença dessa competência é fundamental, tendo em vista que permite o/a profissional se inserir diante das diversas situações e demandas no qual se defronta cotidianamente.

Quando se tem uma instrumentalidade enriquecida, a qual é engendrada à cultura crítica da profissão, o registro e a sistematização são instrumentos que possibilitam a reflexão e análise da realidade profissional. Igualmente podem representar uma forma identificar as demandas e as necessidades sociais para além do individual e imediato.

[...] o perfil do assistente social para atuar na política de Assistência Social, deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente [...] (CFESS, 2011, p. 18).

Contudo, as condições objetivas existentes que permeiam as relações de trabalho determinam cada vez mais as dificuldades para uma atuação profissional na direção de ampliação dos direitos sociais, numa perspectiva de instrumentalidade crítico-dialética, que rompa com as racionalidades abstratas-formal e instrumental, sobretudo, aqueles que se encontram legitimados na Política de Assistência Social, mesmo diante da relativa autonomia profissional.

Uma vez que essas condições têm um significativo impacto na atuação profissional, pois “as condições e meios de trabalho caracterizados pela inadequação na estrutura física, recursos materiais insuficientes, ausência ações que aproxime as famílias, [...] quanto articulação com a rede” (Monteiro, 2011, p. 4), restringe o protagonismo profissional e fomenta a execução de práticas pontuais, e muitas vezes de administração da pobreza.

É imprescindível a análise das especificidades profissionais, além das atribuições e competências do Serviço Social expressos na Política de Assistência Social, a exemplo da apropriação dos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, brochuras produzidas pelo conjunto CFESS/CRESS, os pareceres e as resoluções que envolvam as normativas para o trabalho profissional, além de toda a fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que sustentam e são sustentadas pelo projeto ético-político, a modo de reconhecer e alimentar a relativa autonomia profissional nos seus diferentes ambientes de trabalho.

## **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Contemporaneamente, como abordado no decorrer deste trabalho, a conjuntura está marcada por um conjunto de políticas de ajustes fiscais e contrarreformas a fim de assegurar o equilíbrio econômico, visivelmente aprofundadas pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, o que tem impactado negativamente na Política de Assistência Social, no sentido de ampliação e consolidação desse direito social público, ao tempo que também ameaça a autonomia e o trabalho do/a Assistente Social.

Tudo isso, no âmbito do Serviço Social, se torna visível a partir dos processos de construção da própria instrumentalidade profissional, quando arraigada aos valores instrumentais da própria instituição, sem levar em consideração a totalidade dos processos sociais, aos quais se envolvem o trabalho profissional, ou quando estão pautados somente nas lutas mais gerais, e perde de vista os trabalhos microssociais desenvolvidos no cotidiano dessas relações. Portanto, o que se torna necessário é a verdadeira articulação entre ambas dimensões, como unidades de uma totalidade complexa, mas que se autodetermina e se autocomplexifica no cotidiano dessas relações. Daí, o desafio não é optar entre uma e outra, é a difícil mediação entre as respostas imediatas e a dimensão histórica para tais respostas.

Nesses espaços, os/as Assistentes Sociais tem uma atuação privilegiada, a partir das demandas que surgem no território, de forma a contribuir com a implementação dos serviços ofertados, conjuntamente com parcerias e com a comunidade, as quais podem auxiliar no cumprimento das atividades em busca da ampliação da cidadania e do direito, tendo em vista que o papel dos profissionais é dar suporte às famílias para a criação de vínculos afetivos e inclusão social, realizando sua prática de forma crítica e criativa, orientada para o trabalho social com as famílias.

O que nos leva a reafirmar que a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social é expressa por meio da intervenção profissional de cada Assistente Social, a partir do direcionamento ético-político dado por cada profissional (Mota, 2011), de forma que a construção e efetivação desse projeto se relacionam aos valores mais democráticos vinculados à ampliação do bem-estar da classe trabalhadora, a qual produz toda a riqueza nesse modo de produção, sendo ele um determinante fundamental que potencializa a ultrapassagem dos desafios presentes na sociedade e possibilita a construção de alternativas que contribuam a materialização do trabalho profissional.

Assim sendo, torna-se necessário a reflexão crítica sobre esses elementos controversos presentes na realidade atual, diante de um conjunto de ações que tendem a se contrapor ao projeto ético-político profissional, seja pelas condições estruturantes postas a partir da investida ultraneoliberal que atinge cada vez mais o trabalho profissional do/a Assistente Social, seja pela adesão acrítica e formal a esse projeto, ou mesmo por opção própria se vincular a outra perspectiva que não seja a do atual projeto ético-político profissional.

O desafio de qualificar tais respostas requer uma consubstanciação da própria formação profissional, como processo permanente da vida humana-profissional, o qual estar em incorporar o próprio trabalho, a ética, a moral, a instrumentalidade, a questão social, a política, dentre outras como mediações no campo do Serviço Social, mediações essas que perpassam um conjunto de categorias elementares ao fazer profissional, dentre elas, a própria *cultura crítica profissional*.



## REFERÊNCIAS

- AMARO, Sarita. **Visita domiciliar**: Guia para uma abordagem complexa. 2003. Ed AGE, Porto Alegre.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB/RH/SUAS)**. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Censo Suas 2021**. Brasília, 2021
- CASTILHO, Daniela Ribeiro *et al.* Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao serviço social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 447-466, set/dez. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/8h4LWxL5tPkvnNpDX7XHY6F/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de jun. 2022.
- CFESS, **Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na política de assistência social**. Brasília, 2011.
- CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão**. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2011.
- CNN BRASIL. Desemprego cai para 10,5% no trimestre encerrado em abril, diz IBGE**. [S. L.]. 31 de maio 2022a. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/desemprego-cai-para-105-no-trimestre-encerrado-em-abril-diz-ibge/>>. Acesso em: 14 de jun. 2022.
- CNN BRASIL. Insegurança alimentar atinge 36% do Brasil, revela pesquisa**. [S. L.]. 25 de maio 2022b. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/inseguranca-alimentar-atinge-36-do-brasil-revela-pesquisa/>>. Acesso em: 14 de jun. 2022.
- CNN BRASIL. População abaixo da linha da pobreza triplica e atinge 27 milhões de brasileiros**. [S. L.], 08 de abr. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-abaixo-da-linha-da-pobreza-triplica-e-atinge-27-milhoes-de-brasileiros/>>. Acesso em: 14 de jun. 2022.
- DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- HAJE, Lara. Consultora da Câmara aponta queda do gasto do governo federal com assistência social**. Brasília, 19 out. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/818018-consultora-da-camara-aponta-queda-do-gasto-do-governo-federal-com-assistencia-social/>>. Acesso em: 20 de jun. 2022.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22. Ed. São Paulo, Cortez, 2012.
- ELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 7. ed. Trad. De Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**: para avançar na consolidação da Política de Assistência Social na Perspectiva do direito. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, p. 01-10.

MOTA, Ana Elisabete. **A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000**. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.). O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Políticas e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

# A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)

*Data de submissão: 15/07/2024*

*Data de aceite: 01/11/2024*

### **Jodeyson Islony de Lima Sobrinho**

Assistente Social com graduação em Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado (FAR), Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Adjunto A-1 do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Professor Convidado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos em Serviço Social: Trabalho e Questão Social da UNIOESTE - Toledo/PR.

### **Sonia Maria dos Reis Ferreira**

Assistente Social. Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado (FAR). Atuou na Instituição de Lona Permanência para Idosos (ILPI) de Ponta Porã/MS, tanto na condição de técnica Assistente Social, como coordenadora da instituição. Esteve como técnica de referência de idosos no âmbito do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), e, ainda exerceu a função de Assistente Social no âmbito do Centro de Referência da Assistência Social, ambos no município de Ponta Porã/MS.

### **Gislaine Cezar dos Santos**

Assistente Social. Discente da Especialização em Instrumentalidade do Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado (FAR). Coordenadora/técnica em vigilância socioassistencial na Secretaria Municipal de Assistência Social de Ponta Porã/MS.

**RESUMO:** O presente artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo o materialismo histórico-dialético como método, sob a análise de cunho qualitativa, na qual o objetivo central foi analisar o trabalho do/a Assistente Social no âmbito do acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos (ILPI), especificadamente, no que tange à instrumentalidade profissional. Entendemos, portanto, que a instrumentalidade do Serviço Social reflete uma propriedade em si, a qual se vincula a um modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas deste trabalho. Desse modo, podemos inferir que a instrumentalidade deste profissional na ILPI reflete a própria dinamicidade ontológica do real (diga-se, o conservadorismo e suas nuances), mas que

a vinculação profissional ao projeto ético-político hegemônico possibilita uma racionalidade crítico-dialética, pela qual se realizam intervenções pela suspensão do cotidiano, com atendimentos que proporcionem caminhos de transformação e emancipação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social. Instrumentalidade. Instituição de Longa Permanência para Idosos.

## THE INSTRUMENTALITY OF SOCIAL SERVICE IN LONG-STAY INSTITUTIONAL CARE FOR THE ELDERLY (ILPI)

**ABSTRACT:** This article is the result of bibliographical and documentary research, using historical-dialectic materialism as a method, under a qualitative analysis, in which the central objective was to analyze the work of the Social Assistant within the scope of Long-Term Institutional Reception for Elderly people (ILPI), specifically, with regard to professional instrumentality. We understand, therefore, that the instrumentality of Social Work reflects a property in itself, which is linked to a way of being that the profession acquires within social relations, in the confrontation between the objective and subjective conditions of this work. In this way, we can infer that the instrumentality of this professional in the ILPI reflects the ontological dynamism of the real (namely, conservatism and its nuances), but that the professional link to the hegemonic ethical-political project enables a critical-dialectic rationality, through in which interventions are carried out to suspend everyday life, with services that provide paths of transformation and emancipation

**KEYWORDS:** Social service. Instrumentality. Long-Term Institution for the Elderly.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo traz à tona a discussão acerca do trabalho profissional do/a Assistente Social em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), especificadamente a discussão sobre a instrumentalidade neste espaço sócio-ocupacional, de forma a apreender tanto as possibilidades como os limites no tocante ao acesso e a efetivação dos direitos da pessoa idosa institucionalizada, a partir da instrumentalidade deste/a profissional.

Ressaltamos que este constructo teórico é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no âmbito da Especialização em Instrumentalidade do Serviço Social, como requisito para a conclusão da mesma. Sendo, então, resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental, sob a análise qualitativa, tendo como método de pesquisa o materialismo histórico-dialético, pela qual se objetivou analisar o processo de trabalho do/a Assistente Social em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), especificadamente a sua instrumentalidade profissional.

Partimos da premissa de Yamamoto (2009), a qual apreende o Serviço Social como uma profissão inserida nas relações sociais contraditórias, em que surgem os limites, desafios e possibilidades do trabalho profissional, tendo em vista o atual projeto ético-político. Concomitante a este pressuposto, também se tem como ponto de partida a compreensão de que há um conjunto de novos desafios acerca da categoria velhice,

tendo-a como uma expressão da questão social, já que o crescimento da população idosa tem se constituído como um dado concreto, um fenômeno mundial.

## **21 SITUANDO O LUGAR DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI'S) NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL**

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) são destinadas a pessoas a partir de 60 anos, de ambos os sexos, independentes ou com quaisquer graus de dependência. É um serviço temporário ou permanente, a exemplo de quando o idoso não tem mais condições de se autossustentar e não possui mais vínculo familiar ou os vínculos estão rompidos. Também se tem os acolhimentos excepcionais, os quais se dão por vários fatores, dentre eles, podemos elencar: violência física, psicológica e/ou sexual; negligência; abandono; quando se estiver em situação de rua; e quando se tornam uma população “economicamente inativa”.

No Brasil a Política Nacional do Idoso é regulamentada por meio do Decreto Nº 1948/96, o que expressa a sua fragilidade em si mesma, tendo em vista ser apenas um decreto, no qual consta que a assistência na modalidade asilar ocorre no caso da inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios e/ou da própria família, regulamentando que o idoso estar assegurado à assistência asilar pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na forma da lei.

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) são espaços institucionalizados e organizados por uma equipe multiprofissional, que dentre estes profissionais se encontra o/a Assistente Social, o qual tem a responsabilidade de dar respostas às demandas que competem ao seu fazer profissional, no âmbito das mais diversas expressões da questão social, tendo o/a profissional à possibilidade no uso de sua instrumentalidade profissional promover melhores condições de vida ao idoso, oferecendo-lhe suporte sócio-profissional, de forma a abranger a família e o cuidador, no sentido de possibilitar o acesso deste idoso ao conjunto de ações, serviços, programas e políticas sociais promovidas no atendimento ao idoso.

O/A Assistente Social nas ILPIs pode, no âmbito do seu trabalho, tendo como elemento crucial a construção de uma instrumentalidade enriquecida que se conecta ao projeto ético-político hegemônico, coordenar equipes, avaliar e supervisionar as atividades sociais, realizar relatórios de acompanhamento, tanto quantitativo quanto qualitativo, dos moradores acolhidos, elaborar projetos, pareceres e relatórios sociais das atividades desenvolvidas, bem como realizar estudos sócioeconômicos da situação de cada acolhido/a, executar as atividades do plano de trabalho de sua competência, realizar visitas domiciliares às famílias dos acolhidos sempre que necessário, podendo ser em parceria com os demais profissionais da instituição, além de realizar orientação social ao acolhido e aos familiares, objetivando resgatar e fortalecer os vínculos familiares, portanto,

o/a assistente social tem como escopo do seu trabalho a busca incessante de viabilizar o acesso e a garantia dos direitos para esses usuários.

Ainda no tocando à *práxis* profissional do/a Assistente Social neste espaço sócio-ocupacional, não podemos desconsiderar a complexidade que envolve tal realidade, sendo um conjunto de demandas sócioprofissionais complexas, as quais requerem, como direcionamento profissional, a busca pela efetivação de direitos desta população, exigindo dos/as profissionais cuidados específicos na análise e interpretação das relações gerais e particulares dessas condições, e com isso construir estratégias técnico-operativas de forma a enfrentá-las, situações muito presentes no âmbito da correlação de forças institucionais (FALEIROS, 2014).

Em termos gerais, segundo a Política Nacional do Idoso, o seu acolhimento institucional deve certificar um atendimento personalizado, de forma a atender a necessidade de cada idoso, com a oferta de condições de privacidade, de como podem habitar no local segundo sua vivência, higiene, segurança e também favorecer o convívio familiar e comunitário, visto que cada idoso tem a sua singularidade, que deve ser respeitada, como expressão de seus direitos.

De acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais (2009), no acolhimento institucional deve ser desenvolvido um trabalho social, no qual os profissionais devem acolher os idosos, escutá-los, proporcionar o desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social. Assim sendo, no que tange ao trabalho profissional do/a Assistente Social, é premente que o seja “qualificado, que reforce e amplie sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade” (IAMAMOTO, 1997, p. 31).

A partir dessas observações, é fundamental que o trabalho profissional do/a Assistente Social não se resuma ao cumprimento de atividades rotineiras e/ou burocráticas, pelo contrário, requer cada vez mais o enriquecimento da sua instrumentalidade profissional (GUERRA, 2020), pela qual é possível também ampliar sua autonomia profissional, sendo este profissional o sujeito capaz de avaliar e analisar suas estratégias de intervenção, escolhendo portando os métodos e técnicas mais adequados à mesma, não permitindo que esses sejam determinados institucionalmente, pela sua chefia e/ou outros profissionais. Ou seja, é a sua autonomia no exercício da capacidade de desenvolver habilidades e/ou as táticas mais apropriadas aos objetivos que se traça na intervenção, os quais são determinados pelo nível de instrumentalidade que o/a profissional se vincula.

E, contemporaneamente, tendo em vista o crescimento real da expectativa de vida da população brasileira, o que leva ao aumento quantitativo da população idosa, o Estado brasileiro se ver diante de um grande desafio no tocante às políticas sociais públicas de atendimento ao idoso, dentre elas as próprias ILPI's, as quais não tem dado conta de atender a demanda que se colca, logo, é urgente a necessidade de um amplo debate e construção de ações, programas, políticas que possam atender efetivamente às demandas

alocadas por este grupo geracional, ainda mais porque o que se avista é um crescimento ainda maior nas próximas décadas.

Outra expressão no espaço da institucionalização deste público, é que o número de idosos que apresentam algum tipo de deficiência física e/ou mental é cada vez maior. Essa questão tem, inclusive, ocupada um espaço importante no enfrentamento das lutas pela garantia de direitos na esfera do Conselho Nacional do Ministério Público (CAMARANO, 2005). Temos a plena certeza de que uma expectativa maior de vida da população idosa não é sinônima de qualidade de vida para estes, colocando, portanto, esta questão no centro do debate das políticas estatais de atendimento a este grupo geracional, pois tal demanda é um desafio a ser enfrentado por toda a sociedade brasileira contemporânea, mesmo diante de um período de acirramento das contradições do capitalismo sob a forma da barbárie, em sua versão ultraneoliberal e conservadorística.

Vale ressaltar aqui, que “a velhice se torna um problema quando a sociedade não sabe o que fazer com ela e ignora as necessidades dos idosos” (SILVA, 2016, p.21). Ainda de acordo com o autor, num país como o Brasil de capitalismo dependente, a aposentadoria nunca funcionou a contento, e agora ela é ameaçada pelo aumento na expectativa de vida, diante da longevidade, o que levou Bolsonaro implantar durante a pandemia da COVID-19 uma necropolítica, de forma que os/as idosos/as viessem a óbito liberando assim as aposentadorias, o que se constituiu n’uma economia financeira neste quesito, pelo Governo Federal, então sob o comando de Bolsonaro.

Assim sendo, o envelhecimento populacional brasileiro é reconhecido como uma nova demanda, que requer esforços para que haja uma efetivação nas políticas públicas de proteção a este público. Deste modo, é fundamental que “os idosos precisam ser vistos pelas políticas públicas setoriais enquanto cidadãos que fazem parte da vida social coletiva, que contribuíram e continuam contribuindo para que o Brasil seja efetivamente ‘um país de todos’” (BERZINS; BORGES, 2012, p. 7), tendo em vista que é basilar a inserção do/a idoso/a na sociedade, podendo ocorrer por meio dos grupos de convivência na esfera das políticas sociais públicas, os quais possibilitam ao indivíduo o desenvolvimento de diversas atividades propiciadoras de melhora na qualidade de vida e no reconhecimento como cidadão (AREOSA; BENITEZ; WICHMANN, 2012).

O aperfeiçoamento das habilidades sociais é uma das estratégias para atingir a velhice bem sucedida (FREIRE, 2000) e despertá-las para a necessidade de construir um projeto para sua vida (BRUNO, 2003). Os estudos e pesquisas na área social revelam que o êxito de qualquer política social pública para a população idosa deve contemplar ações articuladas, intersetoriais na construção de um novo tecido social, direcionado por princípios democráticos, objetivos e prioridades comuns (SILVA ET AL, 2006).

Neste tocante, se coloca ao trabalho profissional do/a Assistente Social a necessidade a apreender a dinâmica familiar no contexto onde o idoso está ou irá se inserir e também as fragilidades destas relações. É preciso, portanto, que se enalteçam

as capacidades e as potencialidades da pessoa idosa, adquiridas durante sua trajetória de vida como trabalhador/a e cidadão/ã como todos os outros, pois as desigualdades sociais implicam no seu desenvolvimento e na forma de vida que o/a idoso/a enfrenta, resultante da forma como sujeito político de direitos, elementos a serem discutidos no próximo tópico.

### **3 | A INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS IDOSAS INSTITUCIONALIZADAS NAS ILPI'S**

Partindo da literatura teórica-política constituída no âmbito da renovação do Serviço Social brasileiro, a qual se vincula ao projeto ético-político sedimentado desde o Movimento de Reconceitualização desta profissão, como desdobramento da tendência “intenção de ruptura”, corrobora-se aqui com a concepção concreta de que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, e que intervém nas múltiplas e facetadas expressões da questão social.

Assim sendo, também está dado que o envelhecimento populacional é uma expressão da questão social na contemporaneidade, e tem complexidades sociais próprias, as quais requerem do/a profissional de Serviço Social uma instrumentalidade própria que se fundamente na racionalidade crítico-dialética, prospectando a apreensão da realidade em suas dimensões concreta e/ou subjetiva, e que possa direcionar tal intervenção na defesa e garantia dos direitos sociais destes usuários, na arena de disputas que envolvem as políticas sociais, considerando, portanto o/a idoso/a institucionalizado/a e sua família, a partir dos aspectos sociais, econômicos e políticos que circundam as relações afetivo-sociais no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Entendemos que compete, portanto, ao Assistente Social a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativos e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano (IAMAMOTO, 2009). No âmbito do seu trabalho, existem determinações e condições próprias eminentes nas relações entre Estado e a sociedade civil (IAMAMOTO, 2009), o que coloca ao profissional a necessidade de entender as próprias contradições presentes no seu trabalho.

Por outro lado, Iamamoto *et al* (2008) afirma ser um dever profissional a capacidade deste agir no sentido de eliminar conflitos, e não ser a causa deles, utilizando-se dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos para promover a integração e o desenvolvimento dos usuários em suas dimensões de vida.

Ao analisarmos os documentos arquivados na ILPI de Ponta Porã/MS, sob o trabalho profissional das Assistentes Sociais que ali se encontravam, observamos que faz parte do trabalho profissional no âmbito desta instituição junto à população idosa, tendo como objetivo resgatar o vínculo afetivo-familiar dos idosos que ali se encontravam, os seguintes instrumentais técnico-operativos: observação; escuta; reuniões; atividades sócio-educativas; entrevistas; visitas domiciliares; atendimentos individualizados, lançados na intervenção social em cada momento e avanço de resultados; atividades em grupo;



planejamento; avaliação; análises sociais; levantamento de recursos; encaminhamentos; dinâmicas de grupos; contatos institucionais; plano de trabalhos; prontuários, entre outros.

O trabalho do profissional de Serviço Social, em uma ILPI, visa à implantação, ao aprimoramento e/ou à transformação de práticas educativas, com o objetivo de construir novas crenças em relação ao envelhecimento, contribuindo para promover melhor qualidade de vida do idoso, oferecendo-lhe suporte emocional, bem como à família e ao cuidador, para enfrentar a doença, as limitações cognitivas e funcionais, que geram sofrimento psíquico a todos (FALCÃO, 2010, p. 17).

Sob o prisma da viabilização e acesso aos direitos, à mediação profissional junto às famílias, a partir de uma instrumentalidade enriquecida, se tornam importantes armas teórico-políticas e técnico-operativas, pelas quais são possíveis “os assistentes sociais tenham consciência do saber que acumulam, e do seu uso na construção e busca de estratégias de enfrentamento para que as ações interventivas sejam direcionadas com base no compromisso com a ampliação e garantia de direitos” (FÁVERO *ET AL*, 2010, p. 5).

Sob essa perspectiva, podemos inferir que os/as profissionais que ali trabalhavam se utilizavam de um catatal de instrumentos e técnicas sob uma perspectiva mais ampla, que é a apreensão de uma instrumentalidade enriquecida, enquanto capacidade profissional, ainda que existam lacunas no que se refere à sistematização, pela qual algumas vezes pudemos observar um enfoque mais instrumental do que efetivamente uma instrumentalidade, o que nos evidencia mais nitidamente as contradições e empasses em que se assentam o trabalho profissional dos/as Assistentes Sociais, ainda mais em tempos de precarização das condições de trabalho, mas que se observa uma lógica na busca da efetivação e viabilização dos direitos destes usuários.

É fundamental, também, que o/a Assistente Social faça uma análise da realidade social e institucional, de forma a apreender como se dão as relações sócio-institucionais, bem como se estabelecem as correlações de forças, pelas quais podem potencializar sua instrumentalidade profissional, de forma a intervir sob o prisma da melhoria das condições de vida das pessoas idosas, mesmo que as relações com o público e as demandas dos serviços sociais estejam cada vez mais marcadas por critérios institucionais, informes, relatórios, entrevistas, exigências minuciosas, normas mais rígidas, com respostas cada vez mais no âmbito do cotidiano e da superficialidade extensiva.

Assim sendo, pensar a utilização desses instrumentais, numa perspectiva crítico-dialética, requer, sobretudo, uma vinculação orgânica do/a profissional ao projeto ético-político do Serviço Social, bem como se embeber na racionalidade crítico-dialética, a qual fundamenta toda a solidez de uma instrumentalidade enriquecida, de forma que cabe ao profissional um processo de formação permanente e continuada, fortalecendo cada vez mais suas dimensões profissionais.

Com essas análises, podemos inferir, então, que o que define quais instrumentos e quais técnicas serão utilizadas na intervenção do/a Assistente Social são os objetivos

sócio-profissionais que a demanda requer, ou seja, o ato do fazer profissional imprime a necessidade de um planejamento para a execução desta prática profissional. É no momento da objetivação da *práxis* que a metodologia a ser aplicada é construída, onde o/a profissional deve se questionar do “*porquê*”, “*para quê*” e “*como*” determinado instrumento deve ser utilizado (GUERRA, 2000).

Assim sendo, dentre os instrumentos utilizados pelas profissionais na ILPI de Ponta Porã/MS, está à realização de reuniões periódicas, com os mais variados segmentos que compõem a instituição, a qual deve seguir sempre com uma pauta preestabelecida, tendo o registro como sistematização do que ocorrer, e como comprovação documental que possa ser utilizada em algum outro momento. Vale ressaltar que as reuniões devem ter um foco, sempre objetivando o melhor andamento do trabalho, dando espaço para que os sujeitos se coloquem, de forma que se tenham encaminhamentos efetivos no âmbito do melhoramento sócio-profissional.

Outro instrumental que apareceu com frequência nesta pesquisa foi a visita domiciliar, a qual tem em si mesma um caráter contraditório e dúbio, sendo necessário ao profissional analisar com profundidade a necessidade real de lançar mão de tal instrumental, e quando a utilizar, que a tenha como dimensão de uma totalidade maior, que é a instrumentalidade, para não correr o risco da utilização deste instrumento como forma coercitiva, policalesca, “focacional” e/ou desvirtuar o verdadeiro sentido de uma visita domiciliar, a qual deve ser usada conforme a demanda requeira de fato, respeitando sempre o *lócus do outro* quando se trata de entrar em um novo espaço, ou seja, o domicílio, para que se possa entender o modo de vivência de cada família, seus costumes, dentro outros.

Sabemos que o estudo social é um instrumento privativo do/a Assistente Social, e no âmbito da ILPI, se observou que ele tem sido construído com o objetivo de conhecer as determinações sócio-históricas que compõem determinada expressão da questão social, ali atendida. Reforçamos, então, que esse estudo deve ser feito sempre que há possibilidade de retorno familiar ou comunitário, ou também, quando há algo que está impedindo o bom convívio de algum acolhido na instituição, é uma forma de procurar uma solução para garantir uma melhor convivência, e que por meio deste se torna possível apreender as determinações sócio-históricas que compõem a demanda que ali chega.

Outro instrumento muito usado na ILPI são os relatórios sociais, os quais também são instrumentos de sistematização privativa da prática do/a Assistente Social. De acordo com MAGALHÃES (2011), o relatório é a descrição ou o relato do que foi possível conhecer por meio do estudo, ou seja, uma exposição pormenorizada de fatos e circunstâncias apresentadas por meio do estudo social elaborado, registros de prontuários.

Observamos também que um instrumento muito peculiar deste espaço sócio-ocupacional é o Plano Individual de Atendimento (PIA), o qual tem por objetivo registrar o acompanhamento individual de cada idoso, com foco na proteção integral, a reinserção familiar e comunitária de idosos e acolhidos. Os relatórios são de extrema importância,

pois não somente tratam aspectos gerais do idoso, mas também aspectos de linhas específicas e particulares que possam ressaltar a singularidade de cada um deles, melhorando a articulação realizada pela instituição, tanto no ato do acolhimento quanto do acompanhamento.

É necessário que se aponte também o parecer social, enquanto mais um instrumento privativo do/a Assistente Social, o qual, como todos os outros, só se tornam inteligíveis se apreendidos no âmbito macro da instrumentalidade enriquecida e vinculados ao projeto ético-político profissional. Assim sendo, resumidamente, podemos observar que o parecer social tem se colocado como um instrumento de avaliação conclusiva, teórica e técnica realizada pelo/a Assistente Social, dos dados coletados após a finalização do estudo social, sendo, portanto, um dos instrumentos que deve ser construído muito competentemente, tendo como fundamento as competências profissionais, pois o desdobrar deste parecer pode determinar o futuro de cada acolhido na instituição e/ou para fora.

Diante do exposto até aqui, afirmamos que a intervenção profissional do/a Assistente Social, quando embebida na instrumentalidade fincada na racionalidade crítico-dialética, visa produzir as mudanças necessárias no cotidiano da vida social dos usuários atendidos, tendo como direcionamento a emancipação humana, na qual a dimensão técnico-operativa se expressa como a mais concreta objetivação do resultado da capacidade criativa e da apreensão da realidade social feita por este profissional.

É se apropriando concretamente destas questões que a intervenção profissional tende a ser realizada com competência, pela qual seja capaz de desvendar as condições objetivas e subjetivas que permeiam o trato da referida demanda, sendo, portanto, condição necessária para um trabalho social enquanto categoria constitutiva.

## 4 | CONCLUSÃO

Após percorrer um caminho um tanto complexo para entender a questão do envelhecimento da população brasileira e, sobretudo, como o Estado tem respondido a essa questão, e diante disso como tem se dado a instrumentalidade profissional do/a Assistente Social no âmbito do atendido aos idosos institucionalizados, podemos concluir que o acelerado processo de envelhecimento mundial da população requer mais estudos que conduzam a promover a integração social dos idosos nos diferentes espaços sociais que ocupam, objetivando o seu bem-estar social.

Por outro lado, se faz necessário aos profissionais de Serviço Social, no âmbito de sua instrumentalidade profissional a apropriação concreta das possibilidades de transformar projetos e teleologias em ações concretas, em objetivações, perpassando pela instrumentalidade crítico-dialética como capacidade de se realizar intervenções competentes e vinculadas aos princípios profissionais.

Também podemos concluir que o trabalho profissional do/a Assistente Social na

Instituição de Longa Permanência para Idosos de Ponta Porã/MS tem se dado sob a perspectiva da viabilização e acesso aos direitos dos idosos, com vistas a proporcionar uma qualidade de vida na instituição, sempre buscando a promoção e a proteção aos direitos sociais necessários, fortalecendo os vínculos com a família, quando o mesmo a possui e a rede de apoio socioassistencial e comunitária, a qual se vincula diretamente à instrumentalidade profissional crítica-dialética.

Mesmo diante dessa guinada ético-política presente no trabalho profissional dessas Assistentes Sociais, não podemos negligenciar o quanto de desafios se tem no âmbito do trabalho profissional, sobretudo, quando se pensa nas investidas institucionais, as quais tendem a homogeneizar o trabalho da equipe multiprofissional, ou impor ao Assistente Social um conjunto de técnicas e metas a serem cumpridas, as quais entram em choque com o projeto ético-político da profissão, cabendo, portanto, ao profissional, na esfera de sua autonomia profissional caminhar seu trabalho na direção emancipatória, tendo como limiar o projeto profissional hegemônico na profissão, aqui, especificadamente, guinar-se à instrumentalidade crítico-dialética.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social**. Disponível em: < [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311141012990370.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf)>. Acesso em: 09 de jun. 2020.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Hibisco roxo**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

BARROCO, Maria Lúcia. **Os fundamentos** sócio-históricos da ética. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, Módulo II: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS-UNB/CEAD, 1999.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. **Velhice e Envelhecimento**. In: Serviço Social e Sociedade. Vol. 75, ano XXIV, especial 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CARIDADE VICENTINA (SSVP): **Um pouco de história**. Disponível em: < <http://caridadevicentina.blogspot.com/p/campos-do-jordao.html>>. Acesso em: 06 de jun. de 2020.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Lei 8.662 de 07 de junho de 1993**. Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Brasília, 1993.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, nº 2, Brasília: CFESS, 2010.

COSTA, Ana R.; VITALE, Maria Amélia F. (Org.). **Família, redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUERRA, Yolanda. **Ontologia do ser social**: bases para a formação profissional. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.54. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico metodológica. 2a. Ed. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (Org). **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social**: um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. 261 p.; 2.300 Kb; PDF

LESSA, Sergio. **O processo de produção/reprodução social**: trabalho e sociabilidade. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, Módulo II: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS-UNB/CEAD, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUSA, C. T. **A prática do assistente social**: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/k7maNx2767S70XHK8137.pdf>>. Acesso em: 08 de jun. de 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

**JODEYLSON ISLONY DE LIMA SOBRINHO** - Assistente Social, com Graduação em Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado (2013), Especialização em Serviço Social, Direitos Sociais e Políticas Sociais (2015), Especialização em Gestão Social: Políticas Públicas, Assistência Social e Saúde (2015), Especialização em Instrumentalidade do Serviço Social (2016) pela Faculdade Ademar Rosado (FAR). Mestrado em Serviço Social (2016) e Doutorado em Serviço Social (2022) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor Adjunto do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos em Serviço Social: Trabalho e Questão Social da UNIOESTE - Toledo/PR. Pesquisador nas seguintes temáticas: Fundamentos do Serviço Social, Ética Profissional, Formação Profissional, Ethos Profissional, Projeto Ético-Político do Serviço Social, Cultura Profissional, Conservadorismo, Neoliberalismo, Financiamento da Política de Assistência Social e Movimento Estudantil do Serviço Social. Conselheiro 1º Tesoureiro no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/ 22ª Região - PI na Gestão: “Serviço Social na Luta Sempre”, no período de 14/05/2014 à 04/04/2016, no qual foi Coordenador da Comissão Administrativo-Financeiro e do Fórum de Supervisão de Estágio; Coordenador dos Grupos de Trabalho de Inadimplência; Agenda Permanente. Membro também da Comissão Especial do CFESS/CRESS; Formação e Capacitação Profissional; Comunicação. Integrou a Coordenação Nacional da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO na Gestão: “Nenhum Passo Atrás!” - 2012/2013. Compôs o Grupo de Trabalho Nacional sobre Trabalho e Formação Profissional, enquanto Coordenador Nacional de Formação Político-Profissional na ENESSO, do Conselho Federal de Serviço Social juntamente com os Conselhos Regionais de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

**A**

Abstrata-formal 5, 6, 18, 36, 55

Assistência Estudantil 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39

Assistência Estudantil Federal 27, 29, 33, 38

Assistente Social 2, 10, 19, 20, 23, 26, 27, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Atribuições e Competências Profissionais 27, 40, 41, 42, 43, 47, 52, 54

**C**

Centro de Referência da Assistência Social 55, 70, 71

Contrarreforma 8, 49

CRAS 55, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 70

Crítico-dialética 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 18, 27, 33, 34, 55, 64, 67, 76, 77, 79, 80

Cultura Profissional 62, 82

**E**

Educação 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 35, 38, 40, 47, 48, 54, 65

Ensino Superior 14, 15, 28, 29, 30, 31, 32, 37

Escola 14, 21, 22, 24, 25, 35

Ético-política 19, 36, 43, 65, 66, 67, 80

**H**

Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel 41, 49, 50, 53

**I**

Idoso 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80

ILPI's 73, 74, 76

Inespecificidade 49

Instituição de Longa Permanência para Idosos 72, 80

Instrumentais 8, 13, 18, 20, 34, 37, 46, 49, 50, 53, 66, 68, 76, 77

Instrumental 2, 5, 6, 7, 9, 10, 18, 19, 20, 26, 36, 37, 38, 40, 55, 62, 67, 77, 78

Instrumentalidade 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 27, 29, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 49, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Instrumentalidade do Serviço Social 11, 13, 17, 19, 20, 25, 33, 40, 41, 43, 49, 55, 69, 71, 72, 81, 82

Instrumentalidade Profissional 17, 18, 19, 24, 27, 29, 33, 34, 41, 55, 56, 58, 61, 62, 64, 65, 68, 71, 72, 73, 74, 76, 79, 80

Intervenção profissional 18, 22, 27, 46, 47, 53, 66, 68, 79, 81

## M

Mediação 2, 4, 6, 7, 9, 13, 17, 18, 19, 25, 36, 37, 38, 46, 61, 63, 64, 65, 68, 77

## N

Neoliberalismo 34, 39, 48, 57, 61, 82

## O

Ontologia 10, 18, 24, 81

## P

PNAES 28, 31, 32

PNAS 31, 56, 57, 62

Política de Educação 11, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 25, 33, 54

Política de Saúde 47, 81

Política Nacional de Assistência Estudantil 33

Política Nacional de Assistência Social 56, 57, 58, 62

Políticas sociais 8, 9, 14, 15, 20, 29, 30, 31, 36, 43, 46, 53, 57, 59, 61, 73, 74, 75, 76, 81, 82

*Práxis* 3, 6, 18, 74, 78

Projeto Ético-Político 9, 11, 13, 18, 19, 20, 24, 27, 29, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 47, 53, 54, 56, 57, 59, 62, 63, 64, 67, 68, 72, 73, 76, 77, 79, 80, 82

## Q

Questão social 7, 17, 20, 21, 22, 32, 35, 39, 42, 46, 47, 49, 60, 61, 65, 66, 68, 71, 73, 76, 78, 82

## R

Racionalidades 1, 2, 5, 6, 18, 26, 55, 67

Razão crítico-dialética 1, 2, 6, 7, 9

## S

Saúde 29, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 57, 81, 82

Serviço Social 1, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 33, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 79, 80, 81, 82



**T**

Técnico-operativo 49

Teórico-metodológica 19, 25, 65, 67

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Trabalho Profissional 9, 11, 18, 21, 26, 29, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 55, 56, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 74, 75, 76, 77, 79, 80

**U**

Universidade 1, 11, 15, 20, 27, 30, 39, 41, 42, 49, 55, 71, 82

---

# A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NOS DIFERENTES ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO/A ASSISTENTE SOCIAL

---

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)


 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)


---


# A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NOS DIFERENTES ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO/A ASSISTENTE SOCIAL

---

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)